

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CYNTHIA AUGUSTA FERREIRA FERNANDEZ SALOMÉ

**ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA DA FAFICH/UFMG:  
Percepção sobre os desafios do cotidiano.**

BELO HORIZONTE  
Julho de 2017

Cynthia Augusta Ferreira Fernandez Salomé

**Estudantes com deficiência da FAFICH/UFMG:**  
Percepção sobre os desafios do cotidiano.

Monografia, apresentada ao Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do título de bacharel em Antropologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Karenina Andrade

BELO HORIZONTE  
Julho de 2017

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais, que tem apoiado de maneira incondicional todos os meus sonhos e planos nos últimos 22 anos.

À minha avó Nita, que cuidou de mim, na vida e especialmente durante a graduação.

Ao Departamento de Antropologia e Arqueologia e todo seu corpo docente, que me proporcionaram, muito além de conteúdo teórico, reflexões e inspiração.

À minha orientadora Karenina Andrade, por ter aceitado o desafio de me orientar neste trabalho e todo o tempo que dedicou a me ajudar durante o processo de realização.

À toda equipe do Núcleo de Acessibilidade de Inclusão, por terem sido professores e companheiros nessa jornada.

À todos que contribuíram para que este trabalho fosse possível, seja de forma direta com observações sobre a minha nunca finalizada introdução ou de forma indireta com palavras de apoio e momentos de descontração, fica registrado aqui os meus mais sinceros agradecimentos.

## RESUMO

Busquei propor a transposição e a exposição de barreiras motivadas por preconceitos e desinformação, evidenciando os dois lados da relação pessoa sem deficiência-pessoa com deficiência, a partir de conversas, e a percepção de ambas em relação ao espaço da FAFICH, levando em consideração os desafios e pensando na noção de corpo e pessoa. Realizei três momentos de conversa com os alunos do prédio e neles foi possível perceber certa sensibilidade para o assunto e consciência geral da inacessibilidade do prédio, mas ao mesmo tempo falta de informação ou preparação para lidar com as pessoas com deficiência. Além disso o quão desgastante é para estes estudantes se manterem dentro do espaço da universidade. A partir dos dados levantados foi possível dizer que atingir requisitos de acessibilidade quer dizer lograr o nivelamento de oportunidades nos mais diversos âmbitos da vida. Tais requisitos são condicionantes espaciais e atitudinais, e não necessariamente é a pessoa que precisa de adequar. Encarar o tópico desta maneira evidencia que as deficiências não assinalam, de maneira obrigatória, a existência de um corpo doente ou incapaz, e sim um corpo que foge o ideal normativo. Dessa maneira, a carência de acesso, ou a dificuldade no acesso poderia ser resolvida coletivamente e com políticas concretas da instituição. O questionamento que fica é se a FAFICH está apta para isso.

Palavras chave: pessoa com deficiência, FAFICH, percepções.

### **ABSTRACT**

I tried to propose the transposition and exposure of barriers motivated by prejudices and misinformation, highlighting the two sides of the relationship between disabled person and not disabled person, based on conversations, and the perception of both in relation to the space of the FAFICH, considering the challenges and thinking about the notion of body and person. I made three moments of conversation with the students of the building and it was possible to perceive some sensitivity to the subject and general awareness of the inaccessibility of the building, but at the same time lack of information or preparation to deal with people with disabilities. Moreover, how exhausting it is for these students to remain within the space of the university. Based on the data collected, it was possible to say that achieving accessibility requirements means achieving the leveling of opportunities in the most diverse areas of life. Such requirements are spatial and attitudinal constraints, and not necessarily the person who needs to adjust. Facing the topic in this way shows that deficiencies do not necessarily indicate the existence of a sick or incapable body, but a body that escapes the normative ideal. In this way, the lack of access, or difficulty in access could be resolved collectively and with concrete policies of the institution. The question that remains is If FAFICH is ready for this.

Key words: disabled person, FAFICH, perceptions.

**LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1 – FAIXA ELEVADA .....	48
FIGURA 2 – BANHEIRO EM MÁS CONDIÇÕES .....	48
FIGURA 3 – PIA ADAPTADA.....	49
FIGURA 4 – BOTÕES DO ELEVADOR.....	49

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 LEGISLAÇÃO E NORMAS .....</b>	<b>12</b>
<b>3 CONVERSAS COM ALUNOS SEM DEFICIÊNCIA .....</b>	<b>14</b>
3.1 PRIMEIRO GRUPO DE CONVERSAS.....	21
3.2 SEGUNDO GRUPO DE CONVERSAS.....	24
<b>4 CONVERSAS COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA .....</b>	<b>24</b>
4.1 VANESSA .....	26
4.2 ÍTALO.....	33
4.3 ABEL .....	36
4.4 MYRIAN.....	43
<b>5 REFERENCIAL TEÓRICO INTERDISCIPLINAR.....</b>	<b>50</b>
<b>6 BREVE HISTÓRICO E ATUAÇÃO DE NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA FAFICH E NA UFMG .....</b>	<b>52</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>62</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Para maior compreensão do presente estudo, é importante entender também minha trajetória até ele. Cheguei ao Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em abril de 2016. Fui trabalhar atraída pela palavra inclusão, especialmente pela existência de um lugar voltado inteiramente para isso, e compus o primeiro grupo de bolsistas que passou pelo Núcleo, na época com pouco mais de um ano de fundação. Dia após dia, descobri que eu sabia nada ou quase nada sobre o assunto. Durante aproximadamente um ano e meio de trabalho, vivi em meio a perspectivas plurais a respeito das pessoas com deficiência e discussões constantes sobre o que significaria (ou não) acessibilidade e inclusão nesse contexto. Foi esse ambiente que despertou meu interesse pela temática enquanto área de pesquisa acadêmica, refletindo sempre como a nossa perspectiva de corpo se encaixava nessas discussões.

Nossas atividades sempre foram experimentais, já que começamos a oferecer um serviço para os alunos com deficiência que não existia antes, um acompanhamento de forma mais personalizada e presente. O clima sempre foi de construção conjunta e interdisciplinaridade. Trabalhei com bolsistas e funcionários de diversos cursos, alguns da Psicologia, Terapia Ocupacional e da Pedagogia, e que para mim, pareciam mais familiarizados ou até preparados para lidar com nossos desafios. Por mais que o trabalho que exerci no último ano dentro do núcleo não contemplasse exatamente “minha área”, percebi mais forte do que nunca a sementinha do pensamento antropológico em mim. Comecei a enxergar a realidade e o dia a dia de trabalho sob uma ótica de pesquisadora. Tratar tudo como um grande trabalho de campo.

Nenhuma das informações que produzi ou coletei enquanto bolsista do NAI puderam ser usadas na elaboração deste trabalho, mas a experiência me preparou de várias formas e me deu base para que os primeiros rabiscos dessa monografia pudessem existir. Assim como os textos que li e discuti em diversas disciplinas e me



colocaram cara a cara com a pluralidade das perspectivas dos grupos humanos em relação aos corpos, próprios e do outro.

Durante algumas semanas fui cedida para trabalhar no Centro de Apoio ao Deficiente Visual (CADV), espaço que surgiu na década de 1990 e funciona até hoje na Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da UFMG, e que com o surgimento do NAI em 2015 passou a compor o Núcleo. No CADV, em determinada situação questionei se todos os alunos liam os textos que preparávamos. Uma colega me respondeu que aquele não era o ponto da inclusão e que nosso trabalho era oferecer ao aluno a opção de ler ou não aqueles textos. E, caso não lesse, isso seria feito por escolha própria e não pelo fato do material ser inacessível. Esse diálogo foi essencial para que eu despertasse para o fato que minha percepção não contemplava de fato as necessidades das pessoas com deficiência, e assim para que eu elaborasse algumas das perguntas que se tornariam os pilares desta pesquisa, fazendo com que elas tomassem forma.

Escolher uma temática relacionada à pessoas com deficiência para realizar essa pesquisa, pareceu natural. Falar sobre corpos pareceu fazer muito sentido. Mas como muitos graduandos, me vi querendo abraçar o mundo e fazer recortes que não caberiam nem numa tese de doutorado. Depois de muita ponderação e alguns empurrõezinhos concluí que o centro dessa pesquisa seria a perspectiva dos alunos sem deficiência em relação aos alunos com deficiência mas, ao longo do trabalho o eixo se expandiu de acordo com as conversas que tive e mudou um pouco, abrangendo também a percepção das pessoas com deficiência a respeito dos possíveis desafios.

Diante de diversas indagações e reflexões a respeito do meu universo de estudo, trabalho e pesquisa, vi a FAFICH como o local ideal. Estaria este espaço e as pessoas não deficientes que habitam este espaço, local onde refletem acerca da existência humana e das relações interpessoais, atentos à existência, agência e vivência das pessoas com deficiência?

A discussão da pesquisadora Maluf (2001:87,88) a respeito da perspectiva da corporalidade contemporânea pode ser diretamente conectada com o assunto:

Cabe então perguntar: trata-se do mesmo corpo quando confrontamos fenômenos como a centralidade crescente da linguagem corporal na experiência ritual e religiosa brasileira; a transformabilidade corporal no fenômeno transgênero; a violência urbana e a banalização da morte; o "culto ao corpo", o body building e a idealização de um certo estilo corporal nas grandes cidades brasileiras; a utilização do corpo como arma de guerra — no caso do martírio islâmico e dos atentados; as câmeras de segurança em shopping centers, hall de condomínios, empresas, escolas, na rua, filmando corpos que circulam; as novas tecnologias reprodutivas e o estatuto dos embriões construídos fora do corpo da mulher? É do mesmo corpo que se trata em cada um desses exemplos ou em muitos outros que poderíamos enumerar? Em todos eles, o corpo é simplesmente o objeto de uma ação cultural ou há algo mais a dizer sobre ele?

Ainda sim, fica o questionamento: Mas, por que a FAFICH? Historicamente a FAFICH tem uma trajetória de resistência dos corpos. A Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas foi fundada em 1939 e se instalou em vários prédios, próprios e emprestados ao longo de sua história. Em 1960 a Faculdade migrou para o famoso prédio na Rua Carangola, cuja fachada foi tombada em 2014 por ser considerada um símbolo da resistência ao regime militar. Um dos episódios marcantes da história política de Belo Horizonte na época acontece no prédio: a faculdade foi cercada em 1968 e o então diretor, professor Pedro Parafita de Bessa, recusou-se a deixar que a polícia invadisse o local. No ano seguinte, através do Ato Institucional Número 5, o professor foi destituído do cargo e aposentado compulsoriamente pelo governo militar. Em 1990 a Faculdade foi deslocada para o prédio que ocupa atualmente, no Campus Pampulha.

Como diz Maluf (2001) um sentido comum às várias abordagens antropológicas sobre o corpo é o de pensar o corpo como uma construção social e cultural, e não como um dado natural. Até hoje, a FAFICH carrega a fama de ser um local de corpos que buscam por igualdade e liberdade. Existem muitos movimentos sociais e coletivos que circulam pelos espaços da faculdade. E de fato, o que vemos pelos corredores são pessoas de todos os jeitos, inclusive pessoas com deficiência.

Em 28 de dezembro de 2016 foi sancionada uma lei que garante reserva de vagas para pessoas com deficiência em instituições de ensino federais. Embora a maneira que sua aplicação será realizada na UFMG ainda não tenha sido

divulgada, preocupações com o crescimento do número de alunos que se encaixam nas cotas são reais. Vale ressaltar que o Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) já deliberou que os programas de mestrado, mestrado profissional e doutorado da UFMG passarão a contar com reserva de vagas para negros, indígenas e pessoas com deficiência. Essas mudanças previstas pela medida serão implementadas nos processos seletivos realizados em 2018. O Programa de Pós-Graduação em Antropologia da instituição já havia adotado essa política anteriormente, e ela já foi aplicada no Edital relativo aos entrantes do ano de 2017.

A FAFICH, como faculdade da UFMG, vai experimentar também esse aumento de demanda. A maior dúvida que fica é se esse prédio, considerado pelo senso comum como inclusivo e que abraça causas em geral, está preparado para receber um maior número de alunos deficientes, enquanto o mundo caminha a passos lentos nas discussões e melhorias no campo da acessibilidade física que contempla os espaços públicos e privados, metodológica, que contempla processos e a maneira como as coisas são feitas e pensadas, e atitudinal, que contempla nada mais do que atitude em relação as pessoas com deficiência.

Para os antropólogos, a questão do corpo gera outros tantos questionamentos. Por um lado, os de tipo metodológico, propondo uma reflexão sobre o logocentrismo, a escrita, a visualidade ou a performance como instrumentos expositivos questionáveis ou potenciáveis a partir do corpo. Por outro lado, os que se prendem com a possibilidade de estabelecer pontes (ou, pelo contrário, cortes) entre modelos linguístico-textuais, simbólicos, cognitivistas, fenomenológicos, hermenêuticos, ou pragmatistas. Almeida (2004:3)

No livro *O que é deficiência*, a autora Débora Diniz afirma que as alternativas para romper com o ciclo de segregação e opressão não deveriam ser buscadas nos recursos biomédicos, mas especialmente na ação política capaz de denunciar a ideologia que oprimia os deficientes.

Almeida (2004) afirma que a percepção não é uma representação interna de um mundo exterior e ainda que percepção ocorre no mundo e não na mente. Com essa pesquisa não espero responder o questionamento apontado acima, mas comentar a perspectiva dos estudantes sem deficiência da FAFICH em

relação aos com deficiência que frequentam o prédio atualmente e os que ainda vão frequentar, levando em consideração que a maneira como o ambiente é construído e a ótica pela qual as pessoas com deficiência são encaradas pode potencializar ou não a segregação em que vivem. E além disso, como as pessoas com deficiência percebem as mesmas situações.

O objetivo do trabalho em questão era descobrir a perspectiva que os alunos da FAFICH, sem deficiência, tem em relação aos alunos com deficiência e ainda, descobrir qual o conceito de deficiência para os primeiros, discutindo como as noções de corporalidade influenciam no discurso e no pensamento sobre o tema. Perceber se os alunos adotam o tipo de comportamento presente em suas falas no seu dia-a-dia, ou se adotam falas politicamente corretas, por considerarem certo ou ideal, mas não conseguem visualizar os pontos como algo a se vivenciar. Entretanto, ao longo das conversas que tive e do processo de escrita acabei percebendo que as informações coletadas levavam para um outro caminho um pouco além do que pontuei acima e que remetiam o tempo todo a perspectiva do próprio aluno com deficiência e da sua relação com o prédio.

Passei então a buscar propor a transposição e a exposição de barreiras motivadas por pré-conceitos e desinformação, evidenciando os dois lados da relação pessoa sem deficiência-pessoa com deficiência, a partir de conversas, e a percepção de ambas em relação ao espaço da FAFICH. Entendendo que as diferenças vistas nos corpos e que se diferenciam entre os grupos humanos, social e culturalmente construídas, despertam as mais diversas reações. Tendo em mente que as pessoas têm inúmeras formas de demonstrar sua inconformidade ou até sua indiferença em relação ao assunto e que dentro do ambiente acadêmico isso não poderia ser diferente. Foi interessante conhecer a opinião e a percepção de interlocutores diferentes sobre os desafios do cotidiano dos estudantes com deficiência do prédio.

## 2 LEGISLAÇÃO E NORMAS

Considere importante introduzir o tópico legislação e normas logo no princípio do desenvolvimento escrito do trabalho, para situar melhor o leitor durante as páginas que se seguem. Nos últimos anos o despertar para a necessidade de espaços acessíveis para as pessoas com deficiência a fim de promover inclusão em diversos âmbitos da sociedade, refletiu na criação ou aprimoramento de Leis e Normas que garantem os direitos dessas pessoas.

A Lei 12.711/2012 prevê a reserva de vagas em instituições federais de ensino, sejam elas de nível superior ou de nível médio, para estudantes vindos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas. A Lei 13.409/2016 sancionada no final de 2016 alterou o texto da primeira. Com a vinda da nova lei as pessoas com deficiência passaram a ser incluídas no programa de cotas. A quantidade de vagas será regida proporcionalmente em relação a população, fazendo sempre referência ao último recenseamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Em 2015, outra lei relacionada entrou em vigor: a Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Ela também pode ser chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), para afirmar os direitos e promover a autonomia e condições de igualdade para os cidadãos que se enquadram nela. Tal lei contempla diversos âmbitos e tem impacto em áreas como a saúde, educação, trabalho, assistência social, esporte, previdência e transporte.

De acordo com a LBI, pessoa com deficiência pode ser definida como:

(...) é aquela que tem impedimento a longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Em 11 de setembro de 2015 a Associação Brasileira de Normas e Técnicas divulgou a Norma Brasileira (ABNT) NBR 9050. O documento em questão prevê parâmetros técnicos para a instalação e adaptação do meio urbano e rural em relação à acessibilidade universal. A norma aponta desde critérios de sinalização em

espaços públicos até parâmetros de ergonomia para mobiliário e equipamentos urbanos. Cabe observar que o prédio da FAFICH não respeita os critérios apontados, desde a ausência de piso tátil para pessoas com deficiência visual, até as maçanetas das portas que não são horizontais como estabelece a norma.

### 3 CONVERSAS COM ALUNOS SEM DEFICIÊNCIA

Em minhas buscas por material bibliográfico e referências para esse trabalho, acabei me deparando com um artigo da Revista Lusófona de Educação, que pareceu abrir caminhos para o que eu tinha planejado traçar, intitulado: Quais os contributos da Antropologia para a compreensão das situações de deficiência? No texto, Gardou afirma que atualmente a Antropologia e os antropólogos têm se permitido realizar o que ele chama de antropologia do próximo e que as temáticas mais tradicionais só tem a ganhar com a exploração de novos objetos de pesquisa, como a situação de deficiência. De acordo com o autor, toda investigação antropológica gera uma modificação no olhar que temos sobre nós mesmos. Essas passagens me tranquilizaram para a realização das conversas com os alunos sem deficiência, tão alunos da FAFICH quanto eu.

O autor afirma também que : “Ser “não deficiente” é a norma, isto vale por si mesmo, isto faz parte da nossa ordem das coisas. É pertencer ao que os etnolinguistas chamam uma “categoria não marcada”. Essa afirmativa aguçou minha curiosidade e despertou a reflexão da diferença de perspectivas das pessoas que se enquadravam dentro e fora do padrão normativo.

Le Breton (2003:31) afirma que:

No fundamento de qualquer prática social, como mediador privilegiado e pivô da presença humana, o corpo está no cruzamento de todas as instâncias da cultura, o ponto de atribuição por excelência do campo simbólico.

Ao longo das conversas que seguem nas próximas páginas em forma de reflexões e comentários, é preciso estar atento em como o corpo e em especial o corpo deficiente são culturalmente construídos e o quanto consideramos um fator dado, preestabelecido e ignoramos a culturalidade e o simbolismo carregados.

Durante as conversas que tive, uma aluna ressaltou que um trabalho sobre percepção deve considerar que percepção está também no que não é dito. Oliveira, fazendo uma reflexão sobre Chauí traz a seguinte discussão:

A percepção se realiza num campo perceptivo e o percebido não está “deformado” por nada. Perceber é diferente de fazer geometria ou física; é diferente de pensar e não uma forma inferior do pensamento. A percepção

não é causada por objetos sobre nós nem é causada pelo nosso corpo sobre as coisas: ela é a relação entre elas e nós e entre nós e elas. A percepção é um acontecimento ou vivência corporal e mental. (Oliveira, 2012: 41 apud Chauí, 2005).

Vale ressaltar que as abordagens foram realizadas nos três turnos do dia e entre alunos que se encontravam próximos à biblioteca da FAFICH, na cantina e no hall do terceiro andar, procurando abordar a mais vasta gama de cursos possíveis. Ao longo das conversas que tive, achei interessante mudar o direcionamento das perguntas e por isso resolvi dividir o texto em dois grupos, para evidenciar essa mudança e assim as sutis porém importantes diferenças que obtive.

### **3.1 Primeiro grupo de conversas**

O primeiro grupo de conversas aconteceu com alunos escolhidos de maneira aleatória, busquei saber se o aluno convivia ou conhecia alguma pessoa com deficiência, sua opinião sobre a acessibilidade do prédio e a Lei de Cotas, nas abordagens, fiz perguntas que podiam se alterar, de acordo com o rumo das respostas. Nesse momento, conversei com vinte e uma mulheres e dez homens, sendo três do doutorado e o restante da graduação. Da graduação conversei com nove pessoas da Comunicação Social, dez da Psicologia, três da Gestão Pública, três da Filosofia, três da História, duas da Antropologia e uma da Ciências Sociais. Da Pós-Graduação, as três pessoas com as quais conversei eram da Psicologia. Procurei abordar pessoas que estavam sozinhas, levando em consideração que o discurso poderia mudar se estivesse em grupo.

Nestes momentos, o primeiro ponto observado foi que a maioria das pessoas abordadas, quando confrontadas com a palavra deficiência, apesar de se mostrarem dispostas a ajudar e responder as perguntas, demonstrou desconforto, tensão e tentou se esquivar do termo e usar outras palavras para responder, tais como, “portador de necessidade especial”, ou até expressões neutras como “essas pessoas” ou “esses alunos”. Observar o uso de tais expressões possibilita espaço para importantes discussões:



- O nome atribuído a algo ou alguém pode influenciar na percepção e maneira de agir?

- Existe uma conexão da nomenclatura com a noção de corporalidade?

Estes são tópicos que surgem ao longo do texto, diluídos em outras discussões, me acompanhando do começo ao fim da pesquisa.

Diante da perceptível hesitação dos alunos, destacada no parágrafo anterior, é possível dizer que eles demonstram sensibilidade para o tópico, mas não necessariamente um contato maior com pessoas com deficiência. Há um grande debate acerca da nomenclatura que deve ser empregada ou não para se referir a pessoa nesta condição, e o termo pessoa com deficiência não é classificado como algo pejorativo. Sasaki (2003) afirma que essa é a nomenclatura convencionada pela ONU e adotada pelo Brasil. Segundo o autor esse termo ressalta a deficiência enquanto condição da pessoa e não como a totalidade da mesma, além de não esconder nem camuflar a deficiência, combater eufemismos que tentam diluir as diferenças.

Diniz (2007) afirma que, exceto pelo abandono das expressões mais claramente insultantes, ainda hoje não há consenso sobre quais os melhores termos descritivos. Em *A Eficácia do Simbólico*, Lévi-Strauss afirma que o vocabulário importa menos do que a estrutura, mas nesse caso as palavras usadas para designar a pessoa com deficiência acabam carregando força político-social.

Outro fato observado em todos os diálogos é que nenhum dos entrevistados considera a FAFICH ou a UFMG aptas, física e metodologicamente, para receber um grande número de alunos deficientes. E, apesar do consenso quanto à falta de estrutura do prédio e do campus de uma forma geral, apenas três dos entrevistados estudaram ou estudam com alunos com qualquer tipo de deficiência.

Dentre os colegas citados, todos têm perda de mobilidade em diferentes níveis. Enquanto isso, algumas pessoas declararam nunca ter visto qualquer deficiente circulando pelo corredor da FAFICH, dentre essas, a maioria associou a ausência das pessoas com deficiência no prédio à falta de acessibilidade, argumentando que um prédio mais preparado teria mais retenção de alunos com deficiência. A partir destes pontos podemos destacar primeiramente que a

percepção da inviabilidade do prédio para pessoas com deficiência não se deu necessariamente por convivência ou observação destes, além disso surge o questionamento se realmente pessoas com deficiência não existem no prédio ou se os alunos não lembram ou não prestaram atenção por não ser um ponto relevante, e ainda trazer uma reflexão sobre a ênfase dada a deficiência física, já que é a única que pode ser percebida por uma pessoa desatenta.

Entre os problemas estruturais foram citados: a falta de indicação tátil para cegos nas diversas rotas a serem percorridas, sistema de numeração de salas confuso e pouco sinalizado, móveis não apropriados e elevador em más condições de conservação.

Uma das alunas entrevistadas, ao ser questionada a respeito da FAFICH como espaço inclusivo ou acessível, trouxe a seguinte dúvida: Quais lugares são realmente inclusivos fora daqui, para eu poder comparar?

Mauss coloca o corpo como primeiro e mais natural instrumento do homem, ao mesmo tempo que técnico, e ainda diz que o corpo estaria em adaptação constante a um objeto físico, mecânico ou químico. E, dessa forma, tudo seria a nós imposto. O ambiente fisicamente inacessível da faculdade seria uma imposição aos deficientes, que teriam que se adaptar. Em contraposição, podemos pensar no que nos diz Diniz (2007), os precursores dos movimentos político-sociais de deficientes e para deficientes defendiam que suas deficiências não deveriam ser tratadas como dramas pessoais e que o mundo deveria adaptar-se para inserir os deficientes no contexto social.

Entre os problemas citados pelos alunos, que acontecem dentro do espaço de sala de aula, estão: sistema avaliativo, aulas só em PowerPoint e grande carga de leitura. Quanto à carga de leitura, os alunos apresentaram uma preocupação com os alunos com deficiência visual. Os alunos demonstraram desconhecer os serviços que a universidade oferece. Por exemplo, na biblioteca da FAFICH, funciona o CADV, Centro de Apoio ao Deficiente Visual. O Centro oferece suporte acadêmico para o percurso universitário dos alunos cegos e com baixa visão. Isto inclui a assessoria de natureza didático-pedagógica. Oferece também recursos tecnológicos ao docente, que pode solicitar auxílio, para que seus alunos realizem avaliações,

pesquisas e trabalhos acadêmicos. Dentre as várias atividades disponíveis, torna os textos acessíveis para serem lidos por softwares leitores de tela ou passa textos para braille.

Os entrevistados, em sua maioria, trouxeram graves críticas ao prédio da FAFICH e sua administração. Em contrapartida, inseridas nesses diálogos, surgem frases de defesa, colocando os professores, de uma forma geral, como colaboradores e pessoas dispostas a fazer alterações e mudanças em prol dos alunos. Inclusive, destes, três pontuaram que a junção do aumento significativo de alunos deficientes e os cortes de gastos realizados pela instituição, levariam a sérios problemas. Ressaltaram que caberia ao “jogo de cintura” do professor, e o bom senso dos colegas, fazer as coisas funcionarem.

Uma estudante pontuou um episódio ocorrido em sua turma, quando o elevador não estava funcionando, e assim, seu colega com dificuldades de mobilidade, não conseguia subir para o andar de cima. Frente a essa situação, e a pedido dos professores, realizaram uma mudança da turma para uma sala no térreo.

Uma das pessoas com quem conversei, graduanda em psicologia, quando questionada sobre ter estudado ou não com alguma pessoa com deficiência, disse: “não que eu tenha visto ou percebido”. Ela foi a única dos entrevistados que fez menção à alguma deficiência que fosse além da física, fora do circuito paraplégico, surdo e cego. O que chama atenção para o fato de que as pessoas demonstram preocupação com o tema, e conseguem identificar a FAFICH como um ambiente inacessível, mas não tem maiores informações do que seria deficiência. Podemos unir a possível falta de informação com o fato de que os problemas estruturais do prédio foram mais lembrados dos que as possíveis dificuldades metodológicas que um deficiente poderia encontrar no seu percurso acadêmico. O que Haraway (2000) fala sobre o movimento feminista poderia ser facilmente relido nesse contexto, desconstruindo a matriz identitária natural e afirmando que nenhuma construção é uma construção totalizante. Afirmativa que nos faz refletir como o senso comum não contempla todas as partes.

Outra observação é que nas conversas, muitas vezes a agência do deficiente foi ignorada, nenhuma vez foi mencionada alguma situação em que o deficiente tenha lutado por seus direitos ou exigido melhorias. Quando percebi o caminho que a conversa estava tomando, especialmente com aqueles que informaram estudar com algum deficiente, tentei perguntar sobre o posicionamento dos tais colegas a respeito das condições da FAFICH ou de possíveis reclamações que teriam feito. Mas a conversa era sempre direcionada para episódios quando algo negativo aconteceu e logo em seguida uma solução foi proposta, por iniciativa de um professor ou aluno. Episódios positivos também foram destacados. Talvez pela necessidade de pensar que, apesar da FAFICH ser vista como claramente despreparada para atual e para a futura demanda no campo de acessibilidade, as coisas tem dado certo “de um jeito ou de outro”.

Podemos ressaltar que as pessoas se mostram prontamente dispostas a falar sobre o assunto quando questionadas, mas ao longo da conversa acontecem pausas e comentários sobre a dificuldade das perguntas, ou momentos de silêncio e demonstração de incômodo, seja por desconhecimento do tema ou por desconforto pessoal. O empenho em manter a conversa, apesar desses empecilhos e pausas, foi algo marcante e interessante de ser observado. Esse fato nos leva a uma reflexão em relação à análise das regras normativas e de como se espera que as pessoas reajam diante de assuntos que consideram delicados. O incentivo às mudanças e avanços no campo da acessibilidade para pessoas com deficiência, assim como a complexidade das opiniões e reações apresentadas, oferecem uma interessante oportunidade para uma nova reflexão, dessa vez a respeito de quais seriam as alternativas para FAFICH hoje no quesito acessibilidade. Todavia, a expansão do quadro de discentes deficientes, que vai se dar assim que as cotas entrarem em vigor na UFMG, estende o alcance e a importância na maneira que instituição pretende cuidar dessa questão, além da agilidade para que mudanças sejam realizadas e o impacto alcançado com a execução destes pontos.

De acordo com Castro (2007) o conceito de corpo como é encarado hoje na cultura ocidental, surgiu em um contexto de pós Segunda Guerra Mundial, na

década de 1950. Esse conceito estaria diretamente atrelado ao consumo, e também a higiene, padrões de beleza, saúde e a prática de esportes. O corpo deficiente no campo do que se vê, em seu estereótipo, iria contra os padrões de beleza, os padrões de corpo saudável e o corpo atlético de quem pratica esportes. Dessa maneira, é possível afirmar que existe um distanciamento entre a percepção da pessoa com deficiência e da pessoa com deficiência. Gerando o efeito de externo, de o outro. Assim, todo um novo modelo estrutural e metodológico foi proposto pelas pessoas com quem conversei, apesar do fato de ninguém ter uma ideia clara de como isso deveria ser feito, nem tampouco de como garantir a contribuição de um grupo importante na determinação do remanejamento das atividades: os deficientes. Gostaria de enfatizar que permitir um maior acesso e promover constante divulgação das informações relacionadas à iniciativas e serviços da instituição no campo da acessibilidade de pessoas com deficiência, traria diferenças significativas no discurso das pessoas e no sentimento de progresso na área considerando que elas demonstram desconhecer as políticas já existentes na universidade.

### **3.2 Segundo grupo de conversas**

Depois de algum tempo de entrevistas seguindo o que planejei anteriormente, percebi que o formato das conversas poderiam direcionar ou restringir as informações que os alunos me passariam. Assim, em uma tentativa de obter outros dados ou até um discurso diferente pensei em uma nova roupagem para a conversa.

E nesse outro momento, também com abordagem feita de maneira aleatória, busquei perguntar o que os alunos acreditavam que não poderia faltar em um trabalho que representasse a visão de alunos sem deficiência em relação a alunos com deficiência e que questionamento poderiam ser levantados com as quais as conversas seriam estabelecidas. Um efeito não intencional percebido, foi que a maioria demorava a entender que as coisas que relatassem entrariam na pesquisa e opinava considerando que estão fazendo sugestões e comentários para que a

pesquisa acontecesse em outro momento. Nesse momento conversei com quinze homens e dezoito mulheres, sendo três do Doutorado, três do Mestrado e o restante da Graduação. Na Graduação, nove das pessoas com as quais eu conversei eram da Psicologia, seis pessoas das Ciências Sociais, quatro das Ciências Socioambientais, três da Filosofia, três da Comunicação Social e duas da Gestão Pública. Na Pós-Graduação, um doutorando de Filosofia e dois em Psicologia, um mestrando da História, um da Sociologia e outro das Ciências Políticas.

Com o novo grupo, uma ótica diferente pôde ser observada, uma vez que não se tratava de um questionário estruturado, e sim duas perguntas que deram mais espaço para conversas e pontuações “livres” dos alunos sem deficiência. O primeiro ponto destacável é que todas as pessoas com as quais conversei nesta fase ressaltaram que a conversa com as pessoas com deficiência seria essencial para um trabalho com essa temática. O modo e a intencionalidade do que foi dito variou. Por exemplo, um doutorando do curso de Filosofia afirmou nunca ter estudado nada a respeito e que por isso eu deveria conversar com pessoas com deficiência e saber o que essas pessoas realmente querem. Enquanto uma aluna de Ciências Sociais disse que conversar com eles, durante a pesquisa, era uma forma de dar voz a suas dores outra, das Ciências Socioambientais, defendeu que saber se as pessoas com deficiência se sentem incluídas é a real maneira de conhecer mais a fundo a realidade delas.

Essas falas evidenciaram a agência das pessoas com deficiência como conscientes e detentoras dos conhecimentos a respeito das suas próprias necessidades. Fazendo uma análise, pode-se perceber que isso entrou em conflito com alguns indícios percebidos do primeiro grupo de conversas, onde os alunos colocavam a pessoa com deficiência sempre em uma posição passiva e como alguém a ser defendido.

Quatro alunos do curso de Ciências Socioambientais e três de Ciências Sociais contaram sobre experiências parecidas que tiveram nos primeiros dias de faculdade. No momento de apresentar o prédio da FAFICH, os alunos foram vendidos e foram questionados sobre a facilidade de se locomover pelo prédio

daquela forma ou se saberiam chegar a portaria do Campus na Avenida Antônio Carlos mesmo vendados.

Todos afirmaram que essa experiência foi um gatilho para reflexões sobre o espaço da UFMG de uma forma geral e que as pessoas que não passam por situações instigantes como essa provavelmente não prestam atenção ao seu redor da mesma maneira. Essa fala se conecta com outra muito presente em grande parte das conversas, a afirmativa de que seria preciso causar incômodo nas pessoas sem deficiência e a que a maioria delas provavelmente não se atenta a questões de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência.

Cabe observar que os entrevistados não deixam claro se estavam ou não se incluindo neste grupo, trouxeram também espaço para o questionamento de que se essas pessoas se atentariam a inclusão de outros grupos considerados minorias. Cinco alunos relataram ter visto poucos ou nenhum aluno com deficiência no prédio e associaram essa ausência a estrutura do espaço. Um desses alunos afirmou que acredita que nos outros prédios da UFMG existam bem mais pessoas com deficiência, já que ao visitar outros espaços do campus percebeu que parecem bem mais preparados e com estruturas mais novas. Uma parte significativa dos alunos pontuou a estrutura da FAFICH como inferior a de outras estruturas do campus, tanto para uso coletivo quanto para locomoção e uso das pessoas com deficiência especificamente, observando as péssimas condições de uso dos elevadores e banheiros. Outro ponto recorrente, destacado pelos alunos, foi a preocupação de como os cegos e pessoas com deficiência visual, de uma forma geral, lidariam com a grande carga de leitura demandada pelos cursos. Demonstrando mais uma vez o desconhecimento dos serviços que a Universidade oferece, seja por desinteresse ou seja pela falta de visibilidade que o NAI e o CADV vivenciam. Os comentários giravam sempre em torno de questões de práticas em sala de aula, como o uso de slides e exibição de filmes em idioma estrangeiro.

Todas as observações feitas eram alusivas a pessoas com deficiência física e cegos, sem nunca mencionar os casos de baixa visão. A partir desse dado podemos questionar se isso se daria porque essas deficiências são mais

visualmente identificáveis e as pessoas que as possuem, comumente fazem uso de algum dispositivo, que pode ser chamativo e prenda a atenção do observador ou que seja memorizado com mais facilidade, como óculos escuros, bengalas, muletas, cadeiras de roda, andadores, entre outros...

É possível também uma reflexão a respeito da construção ocidental do corpo e como ela nos influencia a apontar o que é deficiente de acordo com os parâmetros que temos pré-estabelecidos, mesmo que de forma involuntária. Esse dados chamaram atenção para minha própria perspectiva, pois me dispus a conversar com alunos que aparentavam não ter nenhuma deficiência, mas sem saber se eles tinham alguma deficiência que não poderia ser identificada num primeiro momento e num contato visual. Três estudantes sugeriram que fosse avaliada a situação socioeconômica das pessoas com deficiência, para que assim percebêssemos o tipo de estímulos, tecnologias e possibilidades que eles teriam acesso, de acordo com o poder aquisitivo. Além disso, destacaram que acreditam que as pessoas com melhor condição financeira são as que ingressam no espaço universitário. Dentre os alunos, um deles declarou ainda que seria interessante conhecer também a situação socioeconômica das pessoas sem deficiência, para a partir disso, entender um pouco como seriam os espaços e redes de relações dessas pessoas, e assim como isso refletiria nos seus discursos e opiniões.

Outro ponto que chama atenção é a disponibilidade das pessoas a falar e opinar sobre o assunto, fato que destaquei quando narrava o primeiro grupo de conversas. Em todos os dias que me propus a realizar as abordagens e assim as conversas, as únicas pessoas abordadas que não participaram foram as que disseram estar de passagem e não serem alunas da FAFICH ou por vezes nem mesmo da UFMG, aqueles que não pertenciam ao espaço acadêmico. Das sessenta e sete pessoas abordadas, nos dois diferentes momentos da pesquisa, os que eram alunos da FAFICH se dispuseram a conversar e a responder as questões que eu teria a apresentar. Assim, as entrevistas foram realizadas com sessenta e quatro pessoas.



#### 4 CONVERSAS COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Logo no começo da pesquisa, conversei com Abel. Ele é cego, graduado em Psicologia pela UFMG e, atualmente, servidor da instituição lotado na FAFICH, mais especificamente no CADV. Discutimos a respeito da ideia a ser trabalhada neste projeto, ele pontuou que a principal barreira que enfrenta é a desinformação das pessoas, e que adoraria ler um trabalho focado nesse recorte. Ele conta que ao entrar em fila preferencial na cantina e no caixa eletrônico já foi questionado se “deficientes podem furar fila”. Além disso ele acredita que coletar relatos de acontecimentos como esse, com os demais alunos com deficiência da FAFICH, seria essencial para o presente trabalho, e inclusive listou algumas pessoas com as quais eu poderia conversar. Mais a frente, vou contar a respeito do ponto de vista de Abel como ex aluno da instituição.

Com as experiências vividas, ainda no momento de conversa com os alunos sem deficiência e a partir de todas as perspectivas e pontuações acumuladas, percebi como essas informações demonstram que conhecer a percepção destes alunos sobre o tema ainda não era suficiente para evidenciar convincentemente e de forma completa as proposições dos alunos com deficiência. Conversar com os alunos com deficiência trouxe peso e o significado para os tópicos discutidos e os problemas que essas pessoas enfrentam no ambiente da FAFICH, uma vez que o senso comum sobre a necessidade dessas pessoas, nem sempre aponta para as solicitações e melhorias realmente pertinentes. A pluralidade dos pontos de vista que conheci com as conversas, convergiu em alguns momentos, apresentando tendências no sentido de exigir manutenções e apontar direções para o progresso no campo da acessibilidade e da inclusão. Seguindo a divisão que fiz com as conversas com as pessoas sem deficiência, resolvi manter o formato também nessa parte do trabalho, evidenciando as nuances convergentes e conflitantes que se perpassam dentro dos discursos.

Escrever as páginas a seguir me trouxe uma reflexão feita por Evans-Pritchard (1978) de que a maior batalha enfrentada pelo antropólogo não acontece no campo, mas quando se sai dele. E que considerando que se o campo

em questão foi pouco discutido, é possível que se contribua com algo original. E o questionamento que fica é se essa contribuição seria teórica ou apenas factual.

#### **4.1 Vanessa**

Vanessa começa a conversa falando que ela percebeu pouca coisa mudar desde que deu início ao curso, e que tinha mais esperanças quanto a melhoras efetivas no começo. Relata que, quando entrou, a Vera, coordenadora do CADV, realizava várias reuniões com os alunos com deficiência visual e após esses encontros eles chegaram a “escrever alguns documentos” que seriam direcionados a diretoria do prédio. O que se pensava nessa época era na implementação do piso tátil, pelo menos na entrada da FAFICH, e em alguns pontos, como a cantina, mesmo sabendo que o ideal seria que toda a extensão do prédio contasse com piso tátil. Em relação a isso, ela afirma que nada mudou. Só existe piso tátil dentro da biblioteca.

Ela destaca que o elevador continua da mesma forma de quando entrou, não tem as informações em braile, nem gravação sonora informando o andar. Nem as salas têm informações em braile nas placas e por isso ela tem que elaborar as próprias estratégias para se localizar a cada semestre, com a mudança de salas. Destaca que os banheiros também seguem sem informação.

Vanessa relata que em 2015 foi contatada por duas alunas da Arquitetura, do Laboratório “ADAPTESE”. De acordo com a página online do laboratório, ele “é especializado em investigações científicas e explorações filosóficas sobre acessibilidade ambiental e usabilidade do meio edificado para o bem-estar de pessoas com distintas habilidades e características pessoais”. Isso aconteceu em uma época que Vanessa caracteriza como “na onda do NAI”, pois o núcleo foi criado em fevereiro do ano em questão e a partir daí o CADV não estaria mais “sozinho” na promoção de acessibilidade para pessoas com deficiência dentro do campus. Ela relata que junto com Abel e na companhia das futuras arquitetas, mostraram o segundo andar da FAFICH, com o objetivo de possíveis intervenções. Esse foi o andar que escolheram por ser bem aberto e o andar que eles consideravam com

mais obstáculos, mesas, jardins. Ainda completa que odiava quando tinha aulas no segundo andar, por ser mais complicada a locomoção. Após a visita, ficou combinado que o laboratório desenvolveria um projeto, o que não correu. Como afirma Vanessa: “ficou por isso mesmo”. Ela ressalta que as coisas na FAFICH sempre estão ligadas a uma possível reforma, e que como a reforma não vem, não acontecem mudanças efetivas.

Ela acredita que o que mais mudou ao longo da graduação de Ciências Sociais foi a forma que ela lida com os problemas e barreiras que encontra no ambiente da FAFICH. No começo ela mobilizou muita energia para mudar isso, mas como as coisas não aconteceram, então “segue a vida”.

Vanessa conta que no começo ficava muito perdida, até nos lugares que ela frequentava mais. Durante os dois primeiros anos pedia ajuda aos seguranças para ir até as salas, até quando já sabia chegar não negava ajuda quando eles ofereciam. Especialmente no segundo andar por ser um misto de obstáculos e espaços vazios e ela não se sentia muito confortável. Ela pedia ajuda para os colegas também, para que além de acompanhá-la explicassem o caminho que estavam percorrendo e assim ela pôde criar o que chamou de “mapinha mental”. Vanessa conta que sempre que precisa, ainda pede ajuda aos colegas e que eles ajudam bastante nesse sentido. Ela já criou uma referência para se localizar pelas escadas, e não anda de elevador sozinha, já que nas vezes que tentou acabou parando no andar errado.

Antes ela chegava ao campus de van, mas agora vêm de ônibus, descendo no ponto na porta da Escola de Ciência da Informação. Explica que é tranquilo na chegada, o que complica é a hora de ir embora, que ela pega ônibus perto do Instituto de Geociência e nunca fez o trajeto sozinha, sempre pedindo ajuda de um colega ou de algum dos seguranças para chegar até lá. Ela descreve o trajeto como muito irregular e cheio de árvores, ela considera um risco apesar de ser um percurso curto.

Sobre o Restaurante Universitário ela conta que vai se estiver acompanhada, mas que o trajeto é ruim de cansativo, e por isso às vezes tem preguiça. Costuma almoçar na cantina da FAFICH ou na da FALE. Conta que já

sugeriram que ela fosse de ônibus interno para o “bandejão”, ela afirma que nunca tentou mas que acredita que mesmo assim seria complicado pelo trajeto com muitos obstáculos do ponto em que desceria até o restaurante.

Na sala de aula, conta que sempre teve o “esquema discutir um texto por dia” e o que “dava um nó” na cabeça dos professores era quando tinham alguma atividade relacionada a assistir algum filme ou documentário. Segundo ela, alguns professores são mais interessados do que os outros, e as coisas funcionam melhor quando eles tomam a iniciativa de esclarecer com ela as dúvidas que tem. Atualmente, o CADV envia e-mail para os professores que terão alunos com deficiência visual no início do semestre, e Vanessa acredita que isso seja positivo, por já deixar os professores avisados e também por conter uma cartilha com alguns apontamentos básicos sobre o assunto. De acordo com Vanessa, a cartilha tem o papel de tranquilizar os professores sempre apreensivos nesse primeiro contato, explicando o funcionamento do Centro e como eles podem colaborar.

Outro momento que os professores “lembram” dela é na hora de realizar avaliações. De acordo com ela, sempre perguntam como ela acredita que seria melhor a aplicação da prova, se seria tranquila para ela uma avaliação oral. Alguns às vezes ficam na dúvida se ela entregaria a atividade escrita em braile.

Ela relatou que uma vez comentou com um professor sobre a existência da foto-descrição, que seria a descrição literal do que é visto. O professor se interessou e pediu que ela mandasse algum exemplo, ela enviou uma revista. Depois disso ele começou a tomar o que ela chamou de imenso cuidado para descrever todas as imagens que mostrava em sala de aula. Inclusive em uma situação onde um mestrando dava aula, o tempo todo ele lembrava: “não esqueça da descrição para a Vanessa”. Ela conta que comentou sobre a existência disso de forma despretensiosa, e que mesmo assim surtiu um efeito muito positivo.

Vanessa diz que as aulas em geral são muito tranquilas e que acredita que seria mais complicado se fosse um curso com mais gráficos. Depois ressalta que a única barreira que encontrou e que ficou realmente sem solução, apesar das tentativas de tentar contornar, foram as aulas de Metodologia. Informa que, nessas disciplinas são usados programas computacionais quantitativos, que de acordo com

Vanessa não são acessíveis a pessoas cegas. Ela frequentava as aulas para tentar entender um pouco do que estava sendo passado, mas conta que não tinha a menor funcionalidade para que ela ao menos acompanhasse, ou tentasse fazer alguma das atividades em sala. Fizeram um teste com o software leitor de telas, que ela faz uso, e ele não foi capaz de ler as informações do programa quantitativo. Nas provas, ela tentava analisar os dados que eram apresentados.

Vanessa relata que na disciplina de Metodologia I, era necessário digitar no programa os resultados dos questionários, mas como o trabalho foi em grupo, as outras pessoas que estavam com ela acabaram realizando a parte que, para ela, era inviável. Conversou com os professores para tentar pensar em estratégias para transpor as barreiras, e conta que até ficou muito próxima do monitor de um deles para que ele pudesse explicar melhor o funcionamento da matéria. Ela relata que apesar dos esforços, não foi possível o aproveitamento desejado.

De acordo com Vanessa, enfrentou alguns desafios com professores que não tinham o cronograma elaborado. Às vezes ela acabava lendo o texto errado, ou lendo o texto bem depois dele ter sido discutido em aula. Em outras situações ela teve que lembrar constantemente que o professor enviasse os textos para o CADV, e ela conta que não se sente confortável cobrando tanto, acha que é uma posição chata.

A aluna conta que na época que fazia um curso para estudar para o vestibular, conheceu o Abel e ele contou do funcionamento da FAFICH e do Centro de Apoio ao Deficiente visual de uma forma geral. Quando foi a UFMG fazer a matrícula, perguntou sobre a localização do CADV e ninguém soube informá-la. De acordo com Vanessa, no Departamento de Registro e Controle Acadêmico, indicaram que ela fosse para a Reitoria e que lá, depois de algumas ligações informaram para ela que era na FAFICH mesmo. Já no primeiro dia de aula, após sair da sala de aula, Vanessa relata que foi ao CADV. Nesse dia conheceu a Vera e começaram a estabelecer uma relação que dura até hoje.

Segundo ela, às vezes caminhando pelo corredor, recebe orientação de alguém, sobre estar indo para um lugar errado ou de um obstáculo à frente. Ela acredita que, apesar disso, os funcionários deveriam passar por um treinamento

para providenciar essa assistência de maneira mais adequada, já que relata que muitos não sabem como conduzir uma pessoa com deficiência visual. O que ela caracteriza que seria “um jeito de estar mais atento a gente”.

Sobre os colegas, ela conta que sempre têm alguns mais curiosos. No início do semestre alguns perguntam a respeito do funcionamento das avaliações, querem saber o que a faculdade oferece para pessoas com deficiência visual como suporte, mas como qualquer aluno, tem colegas com quem mantém contato e outros que não. Que os mais próximos também tem dúvidas em como au auxiliá-la, às vezes perguntam coisas como: “você me segura ou eu te seguro?” Ela conta que se aproximou de mais de “três ou quatro colegas”, que acabou sendo uma relação extra-faculdade, e que dentre os “milhares” de assuntos que são conversados, acessibilidade é um dos tópicos. São essas pessoas que entendem melhor a realidade dos desafios que ela vive na instituição. E com quem ela divide as situações de indignação do dia a dia como: “não consegui chegar nessa sala”. São esses colegas que identificam situações “inacessíveis” mesmo sem que ela comente, chamando atenção dos professores para atividades das quais ela não pode participar. Vanessa ressalta um episódio em que um professor passou uma charge durante a aula e, pós aula um dos colegas disse: “Ele não foi nem um pouco acessível, você não deve ter entendido nada, não é? Quando eu for fazer a avaliação do professor e da disciplina, vou falar sobre isso”. Ela ressalta que uma das frases que mais escuta é: Eu só comecei a perceber como essa Universidade pode ser difícil quando comecei a conviver mesmo com você”.

Vanessa confessa que no início do curso ficou com medo dos trabalhos em grupo, mas que nunca aconteceu uma situação em que ela ficasse sem colegas para a realização das atividades, já que sempre “dá uma olhadinha” para o lado e pergunta quem ainda está sem grupo ou que grupo ainda tem vaga. De acordo com ela, no começo ela percebia um pouco de receio dos colegas, que ela acredita que se perguntavam mentalmente: “será que ela vai conseguir contribuir com alguma coisa?”. Mas que ao longo do curso deixou de perceber essa hesitação. Ela brincou que fala “pra caramba” e que nas apresentações dos trabalhos sempre assume o papel de falar em frente a sala, já que não tem nenhum problema com isso.

Sobre trabalhos de campo ela conta que já ouviu relatos que no curso de Geografia os alunos realizam vários, que ela “morre de vontade” mas que na grade do curso de Ciências Sociais não tem nenhuma disciplina obrigatória especificamente de trabalho de campo. Na disciplina de Metodologia III ela relata que foi necessário a realização de um, mas que “por conta dos alunos” e que o trabalho dela ficou horrível e “uma coisa meio solta”. Na época, ela procurou um outro estudante cego de Ciências Sociais, aluno de outra instituição, para saber como ele enfrentava esses desafios do percurso curricular. O aluno relatou um trabalho em que realizou uma “observação sonora” da cidade, Vanessa procurou fazer o mesmo. Ela ressaltou várias vezes como queria realizar um trabalho de campo mais orientado e com acompanhamento.

Ela conta que no início do curso, quando falavam sobre Antropologia e sobre “ir lá viver com os índios”, ela se questionava como seria a dinâmica dela realizando um trabalho de campo. E mesmo com a opção da antropologia urbana, ela diz saber que vai perder muita coisa, muitas informações visuais do espaço e da relação das pessoas naquele ambiente. Ela relata que por estar cursando a habilitação em licenciatura teve que realizar um estágio e nesse estágio foi preciso que elaborassem um relatório, ela ficou feliz por ser em dupla, já que poderia ter uma troca de percepções.

Vanessa fala que ainda não fez iniciação científica, às vezes por um atraso no acesso à informação, às vezes por saber que o projeto trabalha com programas quantitativos que não tem formato acessível para ela. Ela conta que lê o edital e ela mesmo faz a avaliação, “acho que não posso entrar nesse projeto”. Admite que talvez tenha sido uma falha dela por não ter arriscado mais, tentado entrar e caso não desse certo, saía. Ela diz que muita coisa ainda pode acontecer e que ela tem vontade de se envolver com algo, trabalhar em um projeto ou pesquisa com acompanhamento e ambiente mais controlado, orientações.

Vanessa relata que uma professora já pontuou que acredita que ela seja uma pessoa que vai conseguir fazer uma entrevista muito bem e tirar muitas informações dessa conversa, que ela consegue ouvir muito mais do que é dito. Ela

percebe isso no seu dia-a-dia, quando consegue prestar atenção a falas e detalhes que pessoas próximas a ela não estavam atentas.

De acordo com Vanessa, uma das coisas que mais passam pela cabeça dela é: como vou ter um caderninho de campo? Ela considera quase impossível, por escrever em braille e precisar de alguns instrumentos e de uma mesa para que consiga escrever, não é algo que ela pode tirar do bolso em qualquer ocasião e fazer anotações. No trabalho que realizou, ela gravava algumas coisas e tentava memorizar comentários e possíveis anotações, digitando assim que chegasse em casa. Ela brinca que sente inveja de quem tem o caderninho e pode utilizar em qualquer momento, e que o celular talvez seja uma alternativa para anotação de coisas que ela considera importante.

Ela desabafa que a experiência universitária é tensa para qualquer aluno, mas que por ela estar ali sem ter condições tão favoráveis ou tudo que ela precisa devidamente adaptado, ela exerce um esforço além e que em muitos momentos isso acaba sendo muito cansativo. Ela conta que algumas situações que alunos que enxergam conseguiriam realizar uma atividade ou uma demanda tranquilamente, ela tem muito trabalho para executar ou não consegue sem acompanhamento de outra pessoa, como por exemplo ir a reitoria, e isso acontece tanto no campo de acessibilidade física quanto no preparo dos professores e funcionários para lidar com as diferenças. Vanessa pontua que nunca enfrentou maiores problemas com professores, mas que já ouviu vários relatos de alunos que se depararam com professores que realmente não entendiam que a aula, ou o sistema de avaliação precisaria de algumas adaptações para que esse aluno pudesse participar da disciplina e aproveitar a mesma da melhor maneira.

Ela comenta que ultimamente tem se discutido muito a respeito da sanidade mental dentro do ambiente acadêmico e fala dos dois suicídios de alunos da UFMG que aconteceram no ano de 2017, e que a partir dessas discussões muitos tem questionado o que incomoda no ambiente da Universidade, e para ela esse esforço sempre “a mais e além” é algo que incomoda não só dentro da UFMG como na cidade de uma forma geral. Ela dá exemplo de motoristas e trocadores de ônibus que não avisam o ponto que ela pediu que avisassem e ela acaba tendo que descer



muito depois. Ela conta que essas situações acabam sendo banalizadas e incorporadas como algo cotidiano, algo que “faz parte” e acaba mesmo fazendo parte por ela acreditar que a única forma de fugir desses episódios é ficando em casa e que ficando em casa ela não passa por frustrações mas também deixa de viver uma série de experiências. Ela diz que percebe que as coisas estão caminhando no sentido da acessibilidade para pessoas com deficiência da UFMG, mas que existe muita coisa pela frente

## **4.2 Ítalo**

Encontrei com Ítalo no terceiro andar da FAFICH e uma das primeiras coisas que ele me disse foi: vou te pedir uma coisa meio estranha, pega a chave que está no meu bolso, por favor? Peguei a chave e seguimos para a sala da Empresa Júnior MEIOS, do seu curso, de Ciências Sociais, onde realizamos a maior parte da nossa conversa. Ítalo está no oitavo período, e afirma que já se acostumou com as dificuldades que encontrou. Ele relata que a primeira dificuldade com a qual se deparou logo quando entrou foi a questão do banheiro. Existem poucos banheiros adaptados e os que existem ou estão trancados para uso exclusivo de funcionários ou são utilizados por todo mundo o tempo todo. Dessa forma, durante mais de um ano, o aluno não utilizou o banheiro na instituição, tentando permanecer menos tempo possível no prédio, para evitar o desconforto e situações desagradáveis. Apenas no seu segundo ano de curso, descobriu a existência do banheiro localizado no anexo do segundo andar, que oferece melhores condições de utilização e é, de acordo com ele, mais reservado. É o único banheiro que atende Ítalo em todo o prédio da FAFICH.

Uma outra questão levantada, que não se relaciona exatamente a FAFICH, mas ao campus de forma geral, é que o aluno não consegue ir ao Restaurante Universitário, dessa forma costuma trazer comida de casa ou almoçar no restaurante da Faculdade de Letras. Foi muito marcante o incômodo dele contando os episódios em que os colegas iam ao “bandejão” e ele tinha que permanecer no prédio.

Atualmente o prédio conta com mesas adaptadas para cadeira de rodas, mas até o sexto período Ítalo fazia ele mesmo adaptações com as mesas existentes nas salas de aula, virando-as ao contrário, para que pudesse escrever. As mesas apropriadas chegaram, de acordo com ele, com muita luta. São duas, e não ficam em uma sala fixa, então sempre antes das aulas era que procurar e pedir para que os colegas deslocassem a mesa de um local a outro. Ítalo tem uma doença degenerativa e nos últimos dois meses ela sofreu um avanço que estava previsto apenas para os próximos cinco anos, com isso ele perdeu um pouco da mobilidade dos membros superiores, o que dificulta a escrita e por isso não tem pedido ajuda dos colegas para pegar as mesas, preferindo gravar as aulas.

Ítalo chega ao campus numa van adaptada concedida pela prefeitura de Contagem, através do “Programa Sem Limite” que garante transporte na ida e na volta nos horários e dias previstos na matrícula do aluno. Geralmente a van para na porta da Escola de Ciências da Informação - ECI, onde usa as rampas para acessar os andares superiores e então vir para a FAFICH. Ao descrever o trajeto e o uso das rampas, ele ressalta que o elevador está sempre estragado e que os botões são muito altos para uma pessoa em cadeira de rodas. Novamente, ele dá ênfase às melhorias que aconteceram com “muita luta” e conta que com a ajuda do CADV, conseguiram recentemente botões mais baixos no interior do elevador. Mas, apesar disso, os botões externos continuam posicionados a uma altura que o aluno não alcança. Outro ponto relatado é a impossibilidade virar a cadeira dentro dos elevadores. O aluno relata ainda, que a inclinação das rampas da ECI são “ok” para ele, por utilizar cadeira de rodas motorizada, mas afirma que alguém que utilize cadeira de rodas manual teria bastante dificuldade de se locomover, tanto pela inclinação quanto pela extensão da subida.

Ele observa que as portas são largas e então a cadeira passa com facilidade. E que tem preferência por salas com a porta na parte de trás, para que possa entrar e sair sem ser notado.

Nos últimos dois meses, com a progressão da doença e a perda de certa mobilidade nos membros superiores, Ítalo conta que tem pedido bem mais ajuda aos colegas, em situações, como a da chave, narrada anteriormente. E nesse ponto ele

não exita, em determinados momentos pode pedir auxílio para qualquer um que estiver passando no corredor. E afirma que é muito bem atendido, tanto os conhecidos quanto os não conhecidos dão apoio, com o que ele considera “muita boa vontade”. Ele conta que não sente diferenciação e que é tratado de forma igual aos outros alunos, tanto pelos colegas quanto pelos funcionários e docentes. Considera que as reais barreiras encontradas no ambiente da FAFICH sejam de caráter estrutural do prédio.

Quanto aos problemas que surgem, como elevador quebrado, ele afirma que costuma ir repetidas vezes à secretaria para reportar quando algo assim acontece. E que não é atendido prontamente, mas prefere acreditar que a demora esteja relacionada à questões burocráticas da instituição do que falta de vontade da diretoria. Destaca o CADV e a Vera, coordenadora do Centro, como “nota mil”. Ele conta que sempre que tem problemas, ele “bate lá”, ressalta que a conquista da mesa só aconteceu graças ao CADV.

Ele afirma que, em casa, consegue ter mais autonomia, pois é um ambiente mais adaptado. E pode fazer uso do computador, transcrevendo assim os áudios que gravou durante as aulas, além dos trabalhos demandados pelas disciplinas das quais participa. Ao longo deste semestre, ainda não teve avaliação escrita individual, as que teve foram realizadas em dupla, permitindo que ele contribuísse para a elaboração das respostas mas fosse redigido pelo colega.

Ítalo conta que está esperando o semestre acabar para avaliar se tranca ou não o semestre seguinte. A progressão da doença tem gerado certo desconforto, por ele ter vivido quatro anos dentro da UFMG com o que ele caracteriza como mais autonomia e agora ter que pedir ajuda para as coisas mais simples. Nesse momento é possível perceber que ele tenta manter uma atitude positiva, mas que a situação tem sido desgastante. Sem o trancamento, ele conseguiria formar ao fim de 2017, correndo muito. Mas o planejamento previa formatura no meio de 2018.

Em relação a doença, ele conta que está passando por novos exames. A progressão não era algo esperado por agora. O quadro atual era algo previsto para daqui a cinco ou seis anos. Ele diz que está aguardando diagnósticos, resultados. Afirma que esteve estável durante o tempo do curso e que a doença avançou muito

rápido sem previsão. Esse é um ponto que pode influenciar na vida acadêmica dele. Ele conta que tem pressão para formar, tentar mestrado, mas não sabe se é esse o caminho que vai seguir. Ítalo diz que já tinha um plano traçado e que em função desses imprevistos não sabe mais o que vai ser. Ele está tentando concluir o semestre primeiro, antes de pensar nisso: “Até para não pirar”.

O aluno pontua que teve contato com a Myrian, outra aluna com deficiência com quem conversei e da qual vou falar mais a frente, durante os testes que o CADV realizou dos elevadores, e que conhece um aluno com deficiência do curso de Comunicação Social apenas “de vista”. Ele conta também que conhece também a Vanessa, que é do mesmo curso que ele e que sempre vê o Abel circulando pelos corredores.

Dentro de sala e relacionando a questões metodológicas, ele afirma que não vê diferenciação e nem acredita que deva existir.

Quando perguntei a respeito da Lei de Cotas e o que ele acha sobre a grande demanda de alunos com deficiência que está por vir, ele afirma que a UFMG não está preparada. E começa a pontuar as questões de dificuldade de acesso, como a chegada ao Restaurante Universitário, os calçamentos irregulares, a falta de rampa de acesso em vários pontos, a dificuldade de atravessar as ruas, rampas fora do padrão, banheiros ruins...

### **4.3 Abel**

No segundo momento de conversa com Abel, ele conta sobre seu primeiro contato com os colegas. Ele relatou que soube de um amigo que outros estudantes da turma falavam coisas como “Nossa, agora tem cego aqui na sala, vou ter que ficar sendo babá de cego”. E que algumas pessoas o evitavam em função da deficiência. Ele afirmou que sabe que “ninguém é obrigado a gostar de ninguém”, mas declara que não foi um problema para ele, e que não percebia essas situações, mas segundo ele são barreiras atitudinais.

Abel afirmou que tem pessoas que acham que exigir um direito próprio da pessoa com deficiência é querer tirar vantagem, ou um favor. E ainda, conta que

não era visto com bons olhos tanto pela deficiência quanto pela diferença de idade significativa em relação aos demais alunos. Mas observava que algumas pessoas distantes ou quase avessas a presença dele, acabaram se aproximando ao longo do curso. Não chegando ao ponto de estabelecer uma amizade, mas ele teve a percepção de que foram evitando um pouco menos, por perceberem que a pessoa com deficiência não é um “bicho de sete cabeças”.

Abel afirma que existe no imaginário das pessoas a imagem do cego como “coitadinho”, como alguém que vai precisar da sua ajuda para tudo. E realmente as pessoas com deficiência tem dependência em algumas questões que as pessoas que ele chama de normais não tem. Ele completa que todos dependemos de alguém em algum âmbito ou momento de nossas vidas, mas que essa questão não é tão clara para as pessoas sem deficiência.

Quanto ao espaço físico, ele relata que assim que passou no vestibular, foi à FAFICH para fazer um reconhecimento do espaço, se localizar, momento também em que descobriu a existência do CADV. Foi uma grata surpresa ter o Centro de Apoio ao Deficiente Visual no prédio em que ele estudaria. Mas ele destaca que não pode falar o mesmo para todos os alunos com deficiência visual da instituição, aqueles que ocupam outros prédios. Foi difícil no começo, descobrir onde ficava cada coisa no espaço da FAFICH e dos outros prédios onde teve aula. Ele considera que seja questão de costume, “depois de trombar em muitos banquinhos, acaba se conhecendo as rotas”. Ele destaca que a dificuldade se deu, especialmente, em função das calçadas irregulares e da falta de alguma referência, ausência de piso tátil.

Sobre as questões metodológicas, Abel conta que sua facilidade com informática e tecnologias facilitaram muita coisa, além do contato com o CADV desde o início da sua graduação. Apesar disso, ele declara que os professores nem sempre colaboraram, disponibilizando textos no xerox em qualidade ruim, com rasuras, marca textos, o que dificultava a digitalização e demandava mais trabalho para que o CADV conseguisse preparar os textos em tempo hábil. Abel faz uso de softwares de leitura de tela e assim escuta o conteúdo do texto, e por isso todo material deve estar digitalizado e em boas condições. Ele relata que os professores

tinham certa resistência com as novas tecnologias mas que isso foi mudando ao longo do curso, devida a renovação no quadro de docentes. Segundo o servidor, nos seus cinco anos e meio de curso, cinco professores se aposentaram e um faleceu. Ele acredita que os professores que chegaram são um pouco mais jovens e um pouco mais abertos para as questões tecnológicas e que isso facilita. Depois ele pontua que alguns alunos com deficiência visual não tem tanta facilidade com tecnologias, e que isso vai depender de cada um. Como ele se considera um “adepto tecnológico”, consegue ver um futuro promissor atualmente, o que não via na sua época de graduação.

Abel conta que teve um professor que não tinha o programa prevendo os textos a serem lidos durante a disciplina. Deixava tudo em aberto, para possíveis mudanças e acréscimos ao longo do semestre. Assim, Abel ficava sempre insistindo e explicando que precisava de um tempo maior, para mandar o material para o CADV, para que o texto ficasse pronto e só assim ser lido, e que por isso tinha que ter um roteiro fixo. Ele não deixa de frisar que o professor era uma excelente pessoa e também muito bom dando aula, só tinha “esse pequeno probleminha”. Durante as duas primeiras disciplinas que ele cursou com esse professor, isso aconteceu, mas na terceira, no primeiro dia de aula já estava com o cronograma em mãos. Abel acredita que essa mudança de mentalidade leva um tempo, que é preciso insistir, que as pessoas esquecem.

Ele traz outro exemplo, em que em diversas algum professor fazia um gráfico ou organograma no quadro e explicava: “Isso aqui, vai virar isso aqui”. E era preciso que Abel cutucasse, “Mas isso aí o que?”, para que o docente se atentasse que nem todos os alunos conseguiam ver as figuras e que era preciso descrevê-las. E que ele não se incomodava em perguntar isso quantas vezes fosse, pelo que ele considera uma questão de isonomia. Se o professor estava explicando para todos os alunos, ele tinha o direito de saber do que se tratava. Ele pontua que acha que um aluno mais tímido não faria o mesmo, e ficaria sem saber ao certo o que estava sendo falado.

Então, de acordo com ele, o ideal seria que os professores passassem por uma capacitação e uma sensibilização, de que essas pequenas mudanças não são

favores nem vão impactar de forma significativa a maneira que dão aula, mas que fazem muita diferença para pessoas com deficiência visual. Ele caracteriza essas pequenas mudanças como: ter mais cuidado.

Abel conta que no princípio da graduação, ainda tinha resíduo visual. De acordo com ele, é considerado resíduo visual a acuidade visual inferior ao que é estabelecido por lei. Ele explica que o que é inferior a esse limite já pode ser considerado cegueira. Abel cita o exemplo de pessoas que não enxergam contornos bem definidos e por causa disso não conseguem realizar uma leitura, mas conseguem perceber que tem uma pessoa na frente, a roupa da pessoa, às vezes até uma mudança de corte de cabelo. E devido a esse resíduo e por ter feito um curso de massoterapia anteriormente, considerou a matéria de anatomia relativamente fácil apesar de ser uma disciplina considerada muito visual. Além da possibilidade de tocar nas peças e entender melhor os formatos. Mas que em relação a disciplina de neuroanatomia as coisas foram um pouco diferentes, primeiro por não poder tocar nas peças pelo tamanho e delicadeza das mesmas. Ele conta que foi feita uma adequação nas atividades avaliativas, para que ele pudesse ser avaliado de forma mais teórica e específica.

Ele destaca que não “tomou pau” em Anatomia, nem em Estatística. Nem em nenhuma disciplina ao longo do curso. Conta que o seu Rendimento Semestral Global, que corresponde à média ponderada do desempenho acadêmico do aluno em cada semestre, nunca foi menor que 4,5. Abel afirma que se dedicou muito ao curso e foi bem “CDF”, e que não pode dizer o mesmo do seu primeiro curso, que fez quando era bem mais jovem e “vagabundo”, quando ainda não tinha passado pela perda visual.

No ano que estava se formando, Abel resolveu prestar um concurso que aconteceu na UFMG em 2015. Quando passou, foi informado que seria lotado num primeiro momento no DLO, Departamento de Logística e Organização. Ficou meio confuso com o que faria num departamento de serviço gerais, mas pensou depois pensou que “cavalo dado não se olha os dentes”. Em seguida, a Coordenadora do então recém criado Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, Adriana Valladão, e a Psicóloga do DRH, começaram a visitar possíveis locais de trabalho para ele e

constataram que nenhum desses locais estava minimamente adaptado para as condições de trabalho de Abel. Logo resolveram que ele seria funcionário do NAI, ficando lotado especificamente no CADV. Ele diz que não acha certo que o Núcleo se torne “para-raios” para todos os servidores com deficiência. Explica que não tem nada contra a presença de pessoas com deficiência no ambiente de trabalho, mas que se todas as pessoas com deficiência que passarem em concurso forem lotados no NAI por causa disso, a inclusão não estaria realmente sendo promovida. Seria mais uma exclusão velada. Ele acredita que falta a instituição criar os meios para que essas pessoas tenham condições minimamente favoráveis em seus ambientes de trabalho, e que essas adequações não deixariam a instituição “nem mais pobre nem mais rica”.

Ele conta que não tem problemas em pedir ajuda e que sempre alguém vai ajudar, e que ninguém oferece, ele se oferece, abordando às vezes pessoas aleatórias pelo caminho. E que em determinadas situações pede ajuda e a pessoa ignora, aí quem vem atrás já fala: nossa, que falta de educação. Mas que ele percebe que as pessoas tem tantas preocupações na cabeça que nem se dão conta que estão sendo chamadas, entretanto que considera a possibilidade de que algumas delas pensem: Não vou dar confiança para aquele cego, porque se não ele vai querer ajuda minha. Abel fala que esses episódios são chatos porque vivemos num mundo muito imediatista, que ele estava acostumado a querer tudo na hora e no tempo dele, e que quando se tornou deficiente teve que acostumar um pouco a ter um pouco mais de paciência e tolerância.

Ele relata uma situação em que um amigo foi comprar um pacote de batata palha no supermercado e ele ficou esperando no carro. O tempo foi passando e nada do amigo voltar. Muito tempo depois, com o pacote em mãos, o amigo explicou que ficou rodando atrás do produto e a prateleira em que estava localizado, ficava logo na entrada, por onde tinha passado primeiro. Segundo Abel, nesses casos, deficientes visuais economizam tempo. Uma vez que já reconheceriam que não achariam a batata e pediriam informação no primeiro momento.

Sobre o “bandejão” ele relata que considera inóspito, insalubre e não recomendável, por ser um percurso demorado debaixo de sol e com risco de cair,



caminho completamente sem acessibilidade para pessoas com deficiência visual, onde ele precisaria de alguém para guiá-lo e chegando lá alguém para servir sua comida.

Abel mantém uma postura sempre muito descontraída, e, apesar de crítico, é otimista. Quando perguntei se ele sentia diferença da época dele de graduação e os alunos que ele vê frequentando o CADV atualmente, ele brincou que não podia perder a piada e disse: “eu não consigo ver os alunos”. Depois respondeu que tem percebido uma preocupação maior nos tópicos relacionados a acessibilidade de pessoas com deficiência e ainda completou: “Você é da antropologia, então sabe que as mudanças culturais são lentas.” Ele acredita que a mentalidade de “meia dúzia de gatos pingados” está mudando a mentalidade, por terem a sensibilidade de enxergar as pessoas com deficiência, mas que muitas pessoas, especialmente as mais velhas, carregam o “inconsciente coletivo” de que a pessoa com deficiência visual vai ter que ser cuidada pelos pais o resto da vida e o estereótipo do que acreditam que um cego pode fazer é o “vendedor de loteria da Praça Sete”

Abel fala que sente que o ambiente da FAFICH é um ambiente privilegiado para pessoas com deficiência no sentido de relações. Ele acredita que estudantes da área de Humanas exercitam mais a capacidade de relativizar, enxergar o outro, não levar tantas questões de maneira engessada. E ressalta que quem convive nesse ambiente tem sorte de encontrar pessoas dispostas e abertas a mudar de ideia. E que os estudantes das áreas de exatas ou da saúde não pensariam tanto no fator humano das deficiências, é tudo “é ou não é”, “sim ou não”. Ele conta, um pouco hesitante, que já ouviu várias expressões que ele caracteriza como agressivas e estúpidas vindas de amigos da Engenharia, não necessariamente destinadas a pessoas com deficiência, como “Indivíduo portador de buceta” para se referir a mulheres.

Abel conta que faz o mesmo trajeto para a UFMG há 7 anos, e que depois de tanto tempo acabou acostumando com ele, mas que isso não significa que seja fácil, uma vez que não existe o piso tátil para orientar a direção correta e que eventualmente é necessário que alguém o guie até a entrada do prédio. Ele ressalta que tem muitos fatores que envolvem o “ir e voltar” da UFMG, que são fatores

humanos, tecnológicos, arquitetônicos e atitudinais. Dentro do prédio ele afirma ter uma locomoção relativamente mais fácil, já tendo memorizado a localização de coisas básicas como banheiros, cantina e salas onde fez mais disciplinas. Ele dá o exemplo que para chegar ao NAI, que se encontra no CAD I, ele precisa pedir informação e ajuda ao longo do caminho, mas que “uma hora ele chega” e que existem mudanças que poderiam ser feitas para facilitar o percurso. Sobre o CAD II ele relata que para chegar lá usava uma escada que não tinha corrimão, e que, apesar de ser um prédio novo, não tem piso tátil para chegar até ele ou dentro do prédio mas tem um elevador adaptado. Ele brinca: “o difícil é chegar ao elevador”.

Abel relata que após as Olimpíadas e a Copa do Mundo de Futebol realizadas no Brasil, algumas mudanças aconteceram em Belo Horizonte. Entre as inovações, o lançamento de um software para celulares chamado SiuMobile, no qual a pessoa marca o ponto de ônibus em que se encontra e o motorista recebe uma sinalização em seu painel para que pare no ponto em questão mesmo que ninguém dê sinal. Ele acrescenta que é uma ideia incrível e que facilita a vida dele, mas que em muitas situações o aplicativo não funciona ou o motorista não presta atenção a sinalização que aparece no painel. Declara que, caso o aplicativo não funcione, como é muito comunicativo, e não tem problema algum em conversar com as pessoas no ponto de ônibus para pedir alguma indicação, pede auxílio. Abel conta que uma das atuais bolsistas do CADV, a Kelly, é uma amiga que fez em um ponto de ônibus que os dois usam com frequência. Outra estratégia que ele usa, em último caso, é uma plaquinha com o número dos ônibus que ele pega e que balança quando algum veículo se aproxima. Tal estratégia nem sempre funciona porque os motoristas nem sempre conseguem ler a placa ou estão prestando atenção, ele relata que em algumas situações os passageiros perceberam a placa e gritaram para que o motorista parasse.

Abel destaca que muitas situações são engraçadas se levadas na “esportiva”, mas que existem muitos cegos ranzinhas e brigões que acabam reforçando o estereótipo de que pessoas com deficiência não são aptas a socializar. Ele diz que percebe sim avanços nas questões relacionadas a acessibilidade de

peessoas com deficiência e até no preparo das pessoas, mas que ainda temos um caminho longo pela frente.

Ele acredita que o que pode ser adaptado, deve ser adaptado, e o que não dá, não dá, e que tem pessoas com deficiência visual que não percebem isso. Conta de uma situação em que um conhecido que ainda tinha resíduo visual contou que estava juntando dinheiro para comprar um carro. Abel afirma que sabe que dói aceitar essa situação, e que é um processo sofrido especialmente para quem já enxergou um dia, mas que as pessoas tem que tentar trabalhar da melhor forma possível com aquilo que elas tem e considerar positivo o que conseguem fazer minimamente com autonomia.

#### **4.4 Myrian**

Na conversa com a aluna da Psicologia, Myrian, ela logo de início caracteriza sua relação com a FAFICH como de amor e ódio. E conta que essa relação começou quando iniciou a Iniciação Científica. Suas aulas no início eram só no CAD 1, no entanto tinha que ir a FAFICH todos os dias por causa do laboratório. E foi nesse momento que as maiores dificuldades começaram a surgir. Sempre tinha reuniões no terceiro andar e acabou descobrindo que não existe banheiro adaptado no piso em questão. Na época o elevador ainda não tinha os botões mais baixos, que é uma adaptação bem recente. Então para ir ao banheiro ela tinha que pedir alguém para descer de elevador com ela, para que tentasse utilizar o banheiro do segundo andar. Espaço que não oferecia boas condições de conservação, além de ser unissex, fato que gera desconforto para a aluna. Um tempo depois, ela descobriu que no segundo andar existe um anexo e passou a utilizar o banheiro do anexo, que atende melhor suas necessidades, mas ainda sim não é ideal, já que ela fica limitada a ir ao banheiro apenas no segundo andar.

A aluna afirma que já passou muita raiva durante o seu percurso dentro da faculdade. Considera que um dos principais pontos foi a questão dos elevadores. Relatando que nem o da FAFICH nem o da FALE eram acessíveis para ela, além da questão dos botões que foi resolvida recentemente, o sensor da porta do elevador é

muito alto e por isso é preciso que ela saia muito rápido para que a porta não se feche em cima dela. Myrian aponta diversas situações em que a porta se chocou com o carrinho dela.

Ela relata que um repórter cadeirante, da Emissora de Televisão Record, foi ao prédio da FAFICH para entrevistá-la e que os dois não conseguiram pegar o elevador juntos, nenhum dos dois alcançava os botões, a porta bateu várias vezes na cadeira dele e ela acabou se sentindo envergonhada com a situação. Myrian disse que sente que pertence ao espaço e dessa maneira acaba sendo responsável por ele.

De acordo com ela, as dificuldades enfrentadas são pequenos detalhes. Ela deixa claro que não quer fazer apenas reclamações, já que ela fica no espaço da FAFICH o dia todo. Mas Myrian segue pontuando as coisas que atrapalham, como a altura dos balcões da cantina e do Xerox, às vezes os funcionários não conseguem ver que ela está esperando para ser atendida. Mas conta que na biblioteca não tem problemas, conversou que precisa entrar nas dependências do local com mochila, e eles liberam a entrada dela sob essas condições sem maiores problemas.

Ela conta que tirou carteira de motorista e agora vai para a UFMG de carro e estaciona na parte de trás do prédio da FAFICH, entrando assim pela portaria traseira também. Foi colocada uma faixa asfaltada da vaga reservada para pessoa com deficiência no estacionamento até a calçada, para facilitar o transporte da Myrian e de outros alunos em situação parecida, já que os blocos do chão podem causar problemas em carrinhos e cadeiras de rodas. Ela relata que a faixa é positiva, mas a calçada também é irregular com buracos e pedras soltas, então boa parte do trajeto até a portaria é complicado, ela diz em tom de desabafo que aquilo “acaba” com o carrinho dela.

Para fazer o trajeto da FAFICH até o CAD II, Myrian usa dois caminhos: pela Faculdade de Letras, que é mais longo mas danifica menos o carrinho e pelo estacionamento na parte de trás da FAFICH que ela usa quando está com pressa, mas é cheio de pedras. Sobre a acessibilidade ao prédio do CAD, ela revela ser mais tranquilo, por ter banheiro adaptado, cadeiras e mesas que atendem a ela. Ela brinca que a FAFICH tem um problema sério de perder as mesas. Depois lembra

que isso já aconteceu no CAD também. De acordo com ela, três mesas do CAD I foram deslocadas para o CADII para que ela fizesse uso. Mas duas se perderam com o tempo. Por isso estabeleceram uma sala fixa para que ela tivesse as aulas e assim a mesa não sairia de lá. Ela conta que a sala é reserva, e que acha que é uma sala onde os barulhos externos influenciam mais e que não considera justo nem com ela nem com os colegas que tenham aula exclusivamente neste local, que é considerado pior que os outros, por causa dela.

Quando perguntei se ela tinha conhecimento a respeito da Lei de Cotas, ela riu e disse que a FAFICH não está preparada e que isso vai gerar um “rolo danado”. Mas encarando essa nova demanda de alunos com deficiência como algo positivo e “super legal”, já que em alguns momentos ela se sente sozinha. Para Castro (2001) nada parece ser mais universal do que o sentimento de solidão, que em diferentes graus todos parecem conhecer. Auge (1994) afirma que quando alguém experimenta e sente a deficiência em si, pode sentir-se afastado dos outros e limitar sua vida social, e ainda que os esquemas de pensamento que permitem reconhecer, identificar e tratar são eminentemente sociais. Segundo o autor pensar na sua própria deficiência é já fazer referência aos outros.

Myrian demonstrou que a ausência de pessoas com deficiência em seu dia a dia, além de solidão, em muitas situações, gera desânimo de insistir nos pontos que ela quer melhorias. A aluna diz que nunca procurou muito, mas que só tem contato com duas pessoas com deficiência da faculdade. Ela acredita que a chegada de mais alunos seja ótima para que as pessoas com deficiência possam ter mais voz dentro da instituição, “por mais que todo mundo vá passar raiva”. E que os profissionais, as pessoas em geral precisam de um mínimo de preparação para a convivência. Ela dá como exemplo a questão das filas para cantina ou xerox, onde as pessoas se incomodam por ela ter atendimento preferencial e fazem cara feia, mesmo depois da instalação das placas que indicam atendimento preferencial. “Para dizer que o prédio está preparado, falta muito ainda.”

Myrian conta que durante sua entrevista para a emissora de televisão Record, ela disse que recebe muita ajuda no ambiente da FAFICH e que recebeu ajuda do NAI também. Mas ela classifica essa ajuda como restrita e não ampliada.

Mas completa, que isso não seria culpa do Núcleo em si, mas sim das burocracias e das verbas que a instituição teria disponível para questões de obras e aquisição de instrumentos que promoveriam a acessibilidade de pessoas com deficiência. De acordo com Myrian o Núcleo tem muita consciência do que pode e deve ser feito, mas faltaria poder para executar essas ações. Ela percebeu que para que pequenas coisas fossem realizadas pelo NAI, existe um gasto muito grande de energias e esforços. E ela acredita que falta comunicação rápida e efetiva do NAI com outras instâncias dentro da Universidade, e por isso as coisas não acontecem em tempo hábil. Ela vê o Núcleo como uma medida simbólica dentro da UFMG e que ainda falta para se estruturar de verdade.

Antes da realização da entrevista com a emissora ela recebeu uma ligação da diretoria da FAFICH perguntando sobre os problemas que poderiam ser resolvidos, já que eles acreditavam que tudo estivesse encaminhado, e ela respondeu que não tinha nada resolvido e que podia fazer uma lista de tudo a ser feito, começando com a questão de ela só poder utilizar o banheiro do anexo no segundo andar. Ela conta que se sentiu indignada por ter sentido que a diretoria do prédio realmente não fazia ideia do que ela precisa e das dificuldades que ela passa.

Ela conta que já foi ao prédio da Engenharia e que a estrutura é ótima, elevador e banheiros. Mas que a realidade da FAFICH não se restringe a esse prédio. Pontua o ICB como impossível de se ir ao banheiro, e que quando fez anatomia lá foi muito complicado. E cita que os CADs apesar de mais acessíveis para ela, possuem pequenas questões que atrapalham, como pequenos degraus na entrada e chão que fica muito escorregadio quando encerado, e mesmo com as reclamações continua sendo encerado.

Pontuei para ela que os alunos sem deficiência com os quais conversei não conheciam o NAI ou o CADV, mesmo os que estudaram com algum aluno com deficiência. E ela completou que o crescimento no número de alunos vai trazer mais visibilidade e que juntos eles vão poder gritar. Conta que a mãe sempre diz que as minorias tem que gritar e “que os deficientes são muito educadinhos”. Ela concorda

com isso, mas diz que eles são a minoria das minorias e que é difícil querer gritar sozinho.

Myrian afirma que as pessoas acreditam que as pessoas com deficiência tem que se adaptar a todo momento. Mas que ela acha que já é muito difícil e que eles já tem que se adaptar o tempo todo ao “mundo normal”, então que as pessoas sem deficiência podem e devem ceder e ajudar também.

Ela conta que sempre quando começa a ter aula com algum professor, no primeiro momento eles ficam perdidos. Sabe que eles passam por algum treinamento ou preparação, mas acredita que tenha que ser algo mais concreto. Mesmo ela tendo escrito “normalmente” durante a aula toda, eles perguntam: Como você faz prova? Mas que depois eles se acostumam e que gosta muito de todos. Ela se relaciona muito bem com os funcionários do prédio de forma geral, relata que sabe o nome de todos os porteiros e que fez amizade com as meninas da cantina, que são pessoas que a ajudam muito. Ela brinca que conversa mais com quem trabalha na FAFICH do que com quem estuda nela. Ela faz parte de um grupo de pesquisa e afirma que é o grupo de pessoas que ela mais conversa convive. Com os colegas de sala afirma que é uma boa convivência e que às vezes eles esquecem que ela demanda de ajuda para algumas coisas. Só os colegas mais próximos sabem e entendem das maiores dificuldades, e de acordo com ela já foram até a secretaria do prédio para reforçar algumas reclamações. Ela relatou um episódio onde a mesa adaptada que ela faz uso acabou sendo utilizada como suporte para computador no CAD II, e ela fez reclamações através das redes sociais, diante disso uma colega se prontificou a retirar o computador da mesa em questão e transferir para uma mesa convencional.

Myrian conta que é amiga de um aluno do Jornalismo, que tem paralisia cerebral, e que ele deu uma entrevista para a TV UFMG e convidou para que ela fosse junto. Na entrevista o aluno disse que muitas pessoas acreditam que a pessoa com deficiência tem sempre um acompanhante para auxiliá-lo no dia a dia e que com essa pessoa é possível superar todos os obstáculos que aparecem, mas que não é assim que funciona. Ele afirmou que as pessoas com deficiência podem fazer

as coisas sozinhas. Myrian disse que achou ótimo que ele tenha falado isso para quebrar essa ideia do senso comum.

Comentei com ela que durante as conversas que tive com os alunos sem deficiência, muitos destacaram a importância de conversar com as pessoas com deficiência durante a realização do trabalho. Ela disse que acredita que levantaram essa sugestão por não conseguirem eles mesmos identificar os problemas de acessibilidade para pessoas com deficiência e as possíveis demandas que o prédio tem. Que eles não conhecem o lado das pessoas com deficiência, então sugeriram isso por realmente não saberem os problemas que acontecem. Segundo ela, as vezes é possível ter alguma percepção quando alguém quebra a perna e sente na própria realidade as dificuldades que são enfrentadas.

Myrian volta a falar sobre o dia que foi entrevistada pela Record, e que o repórter estava sem a cadeira motorizada e teve muita dificuldade para subir a rampa que liga a rua até a entrada principal da FAFICH, por ser esburacado e ter uma inclinação não favorável. Os dois tentaram ir ao Restaurante Universitário, e foi inviável para a cadeira dele chegar além da metade do caminho. Ela reclamou também do piso do prédio, que o carrinho dela sempre prende nos relevos, e que conhece um rapaz que faz uso de andador e que é muito difícil por causa do piso também.

Ela conta que ainda fica muito brava alguns dias, por ter dois banheiros próximos a sala que ela mais fica, mas tem que dar uma volta enorme para chegar ao banheiro que ela pode utilizar. Às vezes ela se sente cansada, mas acredita que ela deve continuar lutando sempre e ficando feliz com as pequenas conquistas, como os botões do elevador.

Myrian me levou para conhecer alguns pontos do prédio que ela considerou importantes. Primeiro fomos ao estacionamento para ver a faixa elevada (Figura 1). O carro estava um pouco afastado da faixa e ela disse que quando isso acontece, algum dos porteiros tem que carregá-la. Ela não gosta de ser carregada mas diz que “é o jeito”. A calçada é muito irregular e cheia de pedrinhas, propícia também para formação de poças, outro ponto que poderia danificar o carrinho.



Em seguida fomos ao banheiro adaptado do segundo andar que fica aberto para todos, ele se encontra em condições ruins de conservação e as barras de apoio ao lado do vaso sanitário estão bastante enferrujadas (Figura 2 ), papel a uma altura muito elevada, além disso a torneira e a porta não são fáceis de abrir.

Depois fomos ao banheiro adaptado localizado no anexo do segundo andar, que oferece as condições ideais para que Myrian possa usar, com maçaneta e torneira (Figura 3) que facilitam a abertura e os porta papel higiênico em duas alturas diferentes.

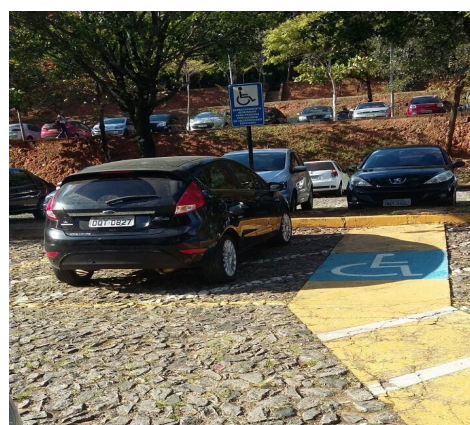
Andamos também no elevador (Figura 4), que agora conta com botões mais baixos na parte interior. Apesar de ter os da parte externa elevados.

**Figura 2 – Banheiro em más condições**



Fonte: A autora (2017)

**Figura 1 – Faixa elevada**



Fonte: A autora (2017)

Figura 4 - Botões do elevador



Fonte: A autora (2017)

Figura 3 – Pia Adaptada



Fonte: A autora (2017)

## 5 REFERENCIAL TEÓRICO INTERDISCIPLINAR

Levando em consideração que conhecimentos técnicos podem fazer parte da construção do imaginário e do senso comum é importante inserir diálogos interdisciplinares nessa discussão no caminho em busca da resposta central.

Glat (1998) busca retratar as diferenças como um processo de seleção e a deficiência como uma condição de incapacidade, e ela afirma que isso não se dá apenas por suas limitações, mas também pelas limitações sociais que a deficiência gera. De acordo com a autora a sociedade é quem rotula, e em consequência trata diferencialmente os indivíduos com deficiência. O dito processo de seleção, teria passado de seleção física para seleção social. Com isso, a autora quer apontar que existem cada vez mais indivíduos que conseguem sobreviver fisicamente no meio onde vivem, mas que essa sobrevivência nem sempre vai se dar de forma independente e que isso dificulta a sobrevivência social.

Para Glat para que se possa discutir a questão da integração da pessoa com deficiência é preciso levar em consideração que eles se constituem como uma categoria socialmente construída de desvio. E de acordo com ela a integração de pessoas com deficiência não pode ser vista apenas como uma questão de políticas educacionais ou de modificações de caráter curricular ou pedagógico. A autora levanta o processo de integração como subjetivo e interrelacional.

Glat compara esse processo com o amor, algo que pode acontecer ou não. Não é possível desenvolver um programa que faça com que uma pessoa se apaixone pela outra. O máximo que pode ser feito é a programação de um conjunto de atitudes, comportamentos e situações que aumentem a probabilidade do amor acontecer.

Mantoan (1997) também tem uma metáfora para o tema: um caleidoscópio, onde todos os pedaços são precisos para que se forme figuras. Uma pessoa precisaria então de um ambiente variado e com a ajuda daqueles que a cercam para que seu desenvolvimento seja possível, bem como sua atuação dentro da sociedade sem que haja limitações. Para a autora, existem diversas interpretações e leituras de integração no ambiente educacional, e essa

multiplicidade de significados estaria ligada ao fato do termo integração poder se conectar com vários aspectos do ambiente: pedagógicos, sociais, filosóficos...

Mantoan traz ainda a ideia da integração como um motivo para que os professores aperfeiçoem suas práticas e dessa forma a inclusão se dá como consequência natural de todo um esforço de atualização e reestruturação das condições do ambiente de ensino. De acordo com a autora, o grande desafio de um professor que segue um currículo construtivista é enxergar o aluno como uma pessoa que age, decide e pensa por si só e de suas próprias maneiras. O construtivismo pela ótica pedagógica foi inspirado nas ideias do suíço Jean Piaget e propõe que o aluno participe de forma ativa de seu aprendizado, dentre outras formas, a partir de experimentação.

Seguindo a linha de raciocínio da autora, o professor precisaria ter como ponto de partida o ato de conhecer seu aluno, entender sua realidade e com isso traçar um perfil. Esse perfil serviria de base para as elaborações das atividades do aluno. Ela ressalta ainda que o que foi traçado não deve ater-se apenas a um único aspecto do desenvolvimento dessa pessoa e sim ao seu sujeito de uma forma geral. Ela completa que por trás da prática educacional de cada professor sempre existirá uma questão que vai se reelaborando à medida que vai sendo respondida, assim constituindo uma cadeia experimental.

## **6 BREVE HISTÓRICO E ATUAÇÃO DE NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA FAFICH E NA UFMG**

Antes de finalizar o trabalho, considerei importante fazer uma breve retomada do histórico da atuação dos núcleos de acessibilidade para pessoas com deficiência no espaço da UFMG, em especial na FAFICH. De acordo com a página do NAI no site da UFMG, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFMG é responsável pela proposição, organização e coordenação de ações que assegurem as condições de acessibilidade necessárias ao ingresso, permanência, participação e autonomia de pessoas com deficiência no âmbito da instituição.

Ainda no site, é possível encontrar a Cartilha do CADV - Centro de Apoio ao Deficiente Visual. De acordo com essa cartilha o centro oferece suporte acadêmico para o percurso universitário dos alunos com deficiência.

Vera Nunes, coordenadora do CADV, trabalha no centro há muitos anos, tantos que ela não lembra bem quando entrou, mas acredita que foi em 2000. Conversei com ela para tentar saber um pouco mais sobre a história do surgimento do centro e acabei descobrindo que ela baseou seu percurso acadêmico em estudos relacionados a centros voltados à promoção da inclusão, e com isso a história do CADV também. Ler a dissertação do mestrado de Vera foi uma grata surpresa: o estudo evidencia as necessidades que a UFMG apresentava na época (2013): criação de um núcleo voltado para a acessibilidade de forma geral e da evolução do CADV para um Centro a nível institucional e ampliado, e não apenas vinculado a uma unidade acadêmica e como serviço do sistema de biblioteca situação em que se encontravam já há duas décadas.

Com a leitura da cartilha disponível no site do NAI e da dissertação é possível remontar a história do CADV e assim a trajetória das políticas de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência dentro do espaço da FAFICH.

Tendo origem na Biblioteca Professor Luiz Antônio Paixão, da FAFICH, ainda na década de 90, cenário em que Nunes (2013) afirma que no contexto brasileiro tinha início as políticas de educação inclusiva no ensino superior. Como um serviço de informação especial para esses alunos com deficiência, com o objetivo de proporcionar-lhes acesso à literatura básica para poderem acompanhar as aulas nos diversos cursos. Para que isso fosse possível, ao longo do tempo diferentes tecnologias foram instituídas, como acervos de textos gravados, digitais e em braille. Começando com gravações de fitas e passando até os serviços que são oferecidos atualmente.

Apesar dos alunos sem deficiência não conhecerem o Centro e outras políticas da Universidade para viabilizar o percurso acadêmico de alunos com deficiência, os últimos mostraram ter o CADV como referência de acessibilidade no espaço da FAFICH, sejam eles pessoas com deficiência visual ou não.

A partir disso podemos discutir o fato de mesmo com a existência do NAI, o núcleo é pouco citado entre todos os grupos. Talvez por questões espaciais e de facilidade de acesso o CADV tenha se tornado referência entre pessoas com diferentes deficiências. Esse ponto foi ressaltado por Myrian, que acredita que uma sala do NAI em outros prédios seria importante para a difusão do trabalho do núcleo, já que ela acredita que chegar ao CAD I, onde o Núcleo se localiza, não é uma tarefa fácil. Outra hipótese é que Centro atua a mais de duas décadas e por isso tem seu nome mais difundido e consolidado perante a comunidade acadêmica da UFMG.

Finalmente, é imprescindível o apoio institucional efetivo na Universidade às atividades profissionais do CADV. Isso levará a uma mudança de concepção para estimular práticas inclusivas, nos espaços universitários, alterando a realidade desses alunos, e, sobretudo abrindo novas possibilidades de inclusão da comunidade externa nesse tipo de trabalho. (Nunes, 2013:37)

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto, várias reflexões foram diluídas e este espaço final fica responsável por evidenciar todas elas. Velho (1980) afirma que a possibilidade de termos em comum com os membros da nossa sociedade patrimônios culturais não nos deve iludir em relação a inúmeras descontinuidades e diferenças providas de trajetórias, experiências e vivências específicas. Tal afirmativa, reflete em todas as divergências e pontos de vista em relação aos discursos dos alunos sem deficiência que se justificam e constroem suas falas tendo como base as mais diferentes experiências. Bem como o que relatam os estudantes com deficiência, que passaram por situações e experiências muito distintas. Apesar disso, todos se tocam no que tange a invisibilidade da pessoa com deficiência, seja refletida nos desafios enfrentados por essas pessoas, seja refletida no desconhecimento relativamente inocente evidenciado pelas pessoas sem deficiência. Dentre as percepções despertadas pelo trabalho, uma das mais marcantes é a citada acima, e a de como a deficiência física como mais lembrada e citada pode ser associada à concepção de corpo “ocidental” e também noção de pessoa.

Ceccarelli (2011) afirma que na cultura ocidental a apropriação do corpo é uma questão relativamente recente, e que o corpo era considerado uma obra de Deus e como tal, inquestionável. Dessa maneira, questões como doenças e deficiências eram encaradas como castigo ou um reflexo do plano Divino. Nesse contexto, o que podia ser visto e sua causalidade, que não podia ser vista, se perpassavam. Elias (1994) descreve o momento em que as pessoas começam a questionar a onisciência de deuses e governantes como galgar mais um degrau na escada de caracol rumo a autoconsciência. O autor relaciona esse momento com a formulação da frase celebre de Descartes: Penso, logo existo. Essa dualidade do campo das ideias e da corporalidade reflete o desafio de perceber ou mesmo lembrar das deficiências que não estão explícitas no corpo físico e assim no que se

vê, e demonstram o rompimento entre o que é natural e o que é socialmente construído.

Como foi dito anteriormente, para a Lei Brasileira de inclusão, pessoa com deficiência é aquela que possui impedimento a longo prazo que pode ser natureza física, mental, intelectual ou sensorial, e a partir desse impedimento e em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir a participação plena e efetiva dessa pessoa na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Já o dicionário Michaelis da Língua Portuguesa afirma que é uma pessoa que apresenta qualquer tipo de deficiência física ou psíquica. Ambos os casos, a questão da deficiência além do que se vê estão explicitadas. Como esses conceitos poderiam tocar o senso comum e expandir a visão para além da deficiência física, e mais do que isso, para as dificuldades estruturais encaradas pelos diferentes grupos de pessoas com deficiência. Apesar disso, é possível pensar como a expressão “impedimento a longo prazo” pode refletir no imaginário dos desavisados, que acreditarão, mesmo que de maneira inconsciente, que pessoas com deficiência, não podem, necessariamente, fazer qualquer coisa.

A questão da ausência de pessoas deficientes no campus, comentada por muitos alunos, pode ser relacionada sim com certa invisibilidade. Não significa que essas pessoas com deficiência não estejam lá, mas que elas não são vistas, percebidas. Efeito potencializado com o fato de existirem, de fato, relativamente poucas pessoas com deficiência dentro da instituição. São dois dados extremamente alarmantes e que reforçaram ainda mais a importância da proposta do trabalho. Podemos dizer que a dita invisibilidade é ainda maior com relação a outros tipos de deficiência que não a deficiência física. Costa (2004) faz uso do termo *invisibilidade pública*, que ele classifica como “desaparecimento intersubjetivo de um homem no meio de outros homens” e que gera dois fenômenos: humilhação social e reificação.



Nesse contexto, o autor usa a palavra reificação com um contexto de objetificar. Os dois itens citados puderam ser observados no dia a dia da pessoa com deficiência no espaço da FAFICH.

Dentro da concepção ocidental o corpo é tido como um elemento ou uma dimensão que está dada. Sendo assim governado por processos próprios de ordem biológica, Esse fato está relacionado diretamente com a questão da exterioridade e daquilo que é visto. Ingold fala de uma fusão ideológica do conceito de indivíduo biológico com o de sujeito moral. O autor afirma que trata-se de:

“um paradoxo situado no cerne do pensamento ocidental, que afirma, com igual segurança, tanto que os seres humanos são animais quanto que a animalidade é o exato oposto da humanidade. Um ser humano é um indivíduo pertencente a uma espécie; existir como ser humano é existir como pessoa. No primeiro sentido, o conceito de humanidade refere-se a uma categoria biológica (*Homo sapiens*); no segundo, aponta para uma condição moral (de pessoa)”. (1995:8)

Ingold ressalta que o fato de usarmos a palavra humano nos dois sentidos revela ainda mais a crença profunda de que basta ser humano para ser pessoa. Esse fato me lembrou de quando cursei a disciplina de Noção de Pessoa na Teoria Antropológica. Quando comentava sobre a matéria com algum conhecido sempre provocava estranhamento e perguntas como: mas você precisa aprender na faculdade o que é pessoa? Esse estranhamento, só comprova o quão internalizada está este conceito.

Elias (1994) busca tecer reflexões sobre a autoconsciência do ser humano, de como cada um se percebe enquanto indivíduo e enquanto parte integrante de uma sociedade. O autor narra a Parábola das Estátuas pensantes, nela existe uma fileira de estátuas. Ele não define ao certo onde elas se encontram, mas pontua que poderiam estar à margem de um rio ou em uma montanha elevada.

Tais estátuas podem ver, ouvir, pensar, mas não podem se mexer. De onde se localizam conseguem ver o outro lado do rio ou do vale, e a partir dos sentidos que possuem, refletir sobre o que estaria acontecendo naquele local. Sem movimentos, elas só podem supor o que se passa, sem poder ir até lá para esperar qualquer comprovação, ou conversar com as outras estátuas para trocar opinião.

Segundo o dicionário Michaelis da Língua Portuguesa, parábolas geralmente são narrativas alegóricas e que tem objetivo de transmitir uma mensagem indireta, através de uma comparação ou analogia. Na parábola em questão, essa mensagem vem de maneira muito forte e gera reflexão. As estátuas são capazes de observar o mundo e formam teorias e opiniões a respeito dele, mas não conseguem sair do lugar onde estão, ou se mover de qualquer maneira, sempre tendo um mundo isolado delas. Essa história pode gerar uma série de interpretações, e dentre elas, as que achei relacionável com o assunto que discuti ao longo do trabalho são: primeiramente, se permanecermos sempre parados, sem interação, sem compreensão da realidade do outro, se não sairmos do nosso lugar, só é possível fazer deduções da realidade e não a aproximação dos acontecimentos, sentimentos, e ainda a problematização de como a metáfora inserida na história pode ser uma figura poderosa da preconização que a noção de pessoa ocidental faz à dimensão de interioridade, do que está dentro de cada um, que seria o "núcleo" de cada pessoa. Tal dimensão que é tida como fabricada e construída pela influência da cultura, contraposta com a já dita dimensão daquilo que se pode ver, e dentro da noção ocidental é uma categoria que está dada. Apesar disso, numa análise mais apurada é possível afirmar que o corpo tem também uma importância protagonista, especialmente o corpo normativo. Essa afirmativa fica foi diluída ao longo do trabalho e nos dados coletados, mas vale reafirmar: corpos ditos como deficientes, nada mais são do que corpos que fogem a esse padrão e ideia de corpo normativo. A ideia mesmo que

não faça parte de forma explícita nas narrativas, torna os indivíduos excluídos em vários momentos, e pode influenciar também no processo de construção da dimensão culturalmente trabalhada, que é aquilo que não se vê. Independente da interpretação que tiremos da parábola, é possível afirmar: não é viável a existência de uma sociedade de estátuas pensantes.

Comparin e Schneider (2004) afirmam que o corpo sempre foi objeto de muitas pesquisas nos mais variados campos de atuação. De acordo com os autores, quem atua na área da saúde, tem mais facilidade de visualizar o corpo como objeto biológico, químico e psicológico, mas não tão fácil visualizá-lo como um objeto social e as relações que podem interferir nele.

Mauss (1974) busca retratar os mais diferentes aspectos do corpo nas diferentes sociedades e para ele o homem deve ser visualizado e estudado pela biologia, pela psicologia e pela sociologia e que só dessa maneira seria possível ter noção do "homem total" e de como ele (re)age sob as mais diversas influências. Seria essa análise multidisciplinar somada ao que se ouve e o que se observa a chave para que se pudesse de fato ver a pessoa com deficiência e perceber o que contempla suas demandas e solicitações? Seria esse o caminho para que não façamos parte de uma sociedade de estátuas pensantes?

Em contraponto ao elemento exterior existe o elemento de interioridade. Pode ser alma, psiquê, mente, depende do seu ponto de vista. Este elemento habita outra dimensão e deve ser cultivado. Com essa contraposição, é possível refletir que encontramos grande diferença em relação a noção de corpo ameríndia. Andrade (2015) afirma que a centralidade da noção de corpo e corporalidade tem sido longamente debatida na etnografia ameríndia. Na centralidade da noção ye'kwana de corpo as dimensões interna, que não é visível, e a externa, que é, estão ligadas e produzem efeito uma sobre a outra. Eles citam o exemplo da aquisição de

conhecimento, que não seria apenas um processo subjetivo, mas sim que produziria transformações no corpo físico, que se pode ver. Refletir sobre essa cisão e a maneira de perceber a dualidade corpo e mente, discutindo e entendendo a percepção ye'kwana e de povos ameríndios em geral pode gerar um exercício positivo no sentido de abrir os horizontes.

Outra discussão cabível, e que não foi explorada a fundo nesse trabalho, mas abre espaço para futuras reflexões é a de que nenhum corpo é igual ao outro, temos corpos singulares, mas existe um ideal normativo de corpo. Mesmo nas normas da ABNT em relação a acessibilidade universal há uma ideia de um corpo deficiente padrão. A norma supõe que uma pessoa em cadeiras de roda, por exemplo, use uma cadeira de altura  $x$ , de largura  $x$  e que seja possível virar essa cadeira dentro de um elevador, caso ele seja de tamanho  $x$ , mas nem todas as pessoas em cadeiras de rodas possuem as mesmas medidas. O ser humano em sua singularidade, possui corpos diferentes, podendo variar das mais diversas formas, altura, peso, tipo de deficiência e, dessa maneira, não é possível supor que a norma contemple a todos. Outro exemplo, também ligado a elevadores, é a altura dos botões que consideram a altura ideal baseada em diversas deficiências, mas que não contemplam, por exemplo, se é uma pessoa em cadeira de rodas que não consegue levantar muito os braços.

No início deste trabalho, apontei como questionamento se a palavra pode influenciar no modo da pessoa se sentir e agir em relação ao que ela designa. A palavra deficiente no Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa, além de deficiente como substantivo e que tem como sentido a pessoa com deficiência, a palavra também tem significados que são adjetivos e que representam: falho, imperfeito, incompleto, insuficiente. Quando pensamos ou falamos em deficiência, estaria o incômodo relacionado à associação feita de forma instantânea? E ainda, nossa

percepção do corpo do outro, está ligada também aos múltiplos sentidos dessas palavras? Essa nomenclatura está ligada a corporalidade e como a encaramos? Bem como citei acima a expressão utilizada na Lei Brasileira de Inclusão, que pode incentivar a ideia de que pessoas com deficiência não estão aptas a fazer determinadas atividades.

A reflexão de Mauss, tratada de forma breve anteriormente, a respeito do corpo como primeiro instrumento e todo simbolismo que ele pode carregar reflete como todas as falas ouvidas, abordadas e discutidas ao longo deste trabalho, por mais marcadas por experiências pessoais que sejam, carregam o contexto social e o meio dos quais fazem parte. O grupo em questão, está inserido em um espaço universitário e urbano, e mesmo com as peculiaridades de Belo Horizonte frente a outras capitais ou da FAFICH frente a outras faculdades, compõe um espaço “ocidental” e dessa forma um uníssono de concepções de corpo, do que se encaixa e do que deve se encaixar. Mauss afirma que o corpo, bem como as técnicas corporais e sua aplicabilidade, encaixa-se em um sistema de montagens simbólicas que são incorporadas. Essa noção, sugere que existe espaço para mudança uma vez que toda nossa relação com o corpo seja aprendida, mas como disse Abel em seu depoimento: mudanças culturais são lentas.

Atingir requisitos de acessibilidade quer dizer lograr o nivelamento de oportunidades nos mais diversos âmbitos da vida. Tais requisitos são condicionantes ambientais, espaciais e atitudinais, e não necessariamente é a pessoa que precisa de adequar. Encarar o tópico desta maneira deixa em evidência que as deficiências não assinalam, de maneira obrigatória, a existência de um corpo doente, e sim um corpo que foge o ideal normativo. Dessa maneira, a carência de acesso, ou a dificuldade no acesso poderia ser resolvida coletivamente e com políticas concretas da instituição.

O autor Gonçalves Filho, escreveu o prefácio de Homens invisíveis, relatos de uma humilhação social, de Fernando Braga Costa e nele declara:

Os iguais são os diversos que se reúnem para a participação, para trocar pontos de vista e iniciativas. Fora da igualdade, rosto e voz ficam sem onde espriar-se. Igualdade é a aparição de vários rostos e diversas vozes. Inversamente, gente singular só aparece onde, de igual para igual cada um vê e é visto, fala e ouve. Igualdade e pluralidade exigem mutuamente. (2004:32)

Pela observação dos aspectos analisados e com a reflexão a cima, encerro este trabalho sem respostas todas as respostas que procurava, mas com muitos questionamentos. O maior deles: estariam FAFICH, seus funcionários e alunos aptos para esse desafio?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARATTO, R. "ABNT divulga nova norma de acessibilidade em edificações" 22 Set 2015. ArchDaily Brasil. Acessado 28 Jun 2017 Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/774129/abnt-lanca-nova-norma-de-acessibilidade-em-edificacoes>

Educação construtivista. Disponível em: <http://www.pedagogia.com.br/conteudos/construtivista.php> Acesso em 09 de junho de 2017

História da FAFICH. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/a-faculdade/historia/> Acesso em 04 de fevereiro de 2017.

Lei Sancionada Institui cotas para pessoas com deficiência em Universidade Federais. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/29/lei-sancionada-instituicotas-para-pessoas-com-deficiencia-em-universidades-federais>. Acessado em 04 de fevereiro de 2017

DINIZ, D. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense. 2007

ALMEIDA, M. V. O corpo na teoria antropológica. Revista de Comunicação e Linguagens, n. 33, 2004: 49-66.

MAUSS, M. "As técnicas do corpo" in Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro: Cosac Naify, 2003

MALUF, S. W. Corpo e corporalidade nas culturas contemporâneas: abordagens antropológicas. Esboços: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, v. 09, n. 09, 2001

HARAWAY, D. "Manifesto Ciborgue: Ciência, Tecnologia e Feminismo-Socialista no Final do Século XX", in T.T. da Silva (org), Antropologia do Ciborgue: As Vertigens do Pós-Humano. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, Autêntica, p.37-129. 2000.

DUARTE, Luiz Fernando Dias & LEAL, Ondina Fachel (orgs). Doença, Sofrimento e Perturbação: perspectivas etnográficas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

LEVI-STRAUSS, C. "A eficácia simbólica" In Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

GLAT, R. Educação Especial: A integração Social dos portadores de deficiência, uma reflexão. Vol I 2ª edição. Ed. Eletrônica – 1998

MANTOAN, M.T.E. A integração de pessoas com deficiência. São Paulo: Senac, 1997

GARDOU, C. Quais os contributos da Antropologia para a compreensão das situações de deficiência?. **Revista Lusófona de Educação**, [S.l.], v. 8, n. 8, July 2009. ISSN 1646-401X. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/692>>. Acesso em: 9 de junho 2017.

INGOLD, T. Humanidade e Animalidade. tradução: Vera Pereira – In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº28, ano 10. Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais, 1995.

OLIVEIRA, A. O. Estudo teórico sobre percepção sensorial: comparação entre William James e Joaquin Fuster. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia . 2012

CHAUÍ , M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática. 2005

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

Dicionário Michaelis de Língua Portuguesa Online. [http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=parabola\\_](http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=parabola_) Acessado em: 11 de junho de 2017

ANDRADE, K. V.; YUDUWANA, V. C. A origem de tudo - Uma teoria ye'kwana sobre a criação do mundo. Revista UFMG, Belo Horizonte, v. 22, n. 1 e 2, p. 160-181, Jan./Dez. 2015

COPARIN, K. A., SCHNEIDER, J. F. O corpo: uma visão da antropologia e da fenomenologia. Revista Faz Ciência, 06,01 (2004)pp- 173-188

MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: . Sociologia e antropologia. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. 2 v.

COSTA, F. B. Homens invisíveis, relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.

População com deficiência no Brasil – Fatos e Percepções, 2006. Disponível em: [http://www.febraban.org.br/Arquivo/Cartilha/Livro\\_Popula%E7ao\\_Deficiencia\\_Brasil.pdf](http://www.febraban.org.br/Arquivo/Cartilha/Livro_Popula%E7ao_Deficiencia_Brasil.pdf) . Acessado em 26 de junho de 2017

NUNCES, V. L. M. A política cega e o aluno sábio: Gestão Social como um caminho para a inclusão no Ensino Superior Público. Dissertação apresentada ao Mestrado em Gestão social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UNA como requisito parcial para obtenção do título de mestre. 2013



EVANS-PRITCHARD, E.E. - "Apêndice IV - Algumas Reminiscências e Reflexões sobre o Trabalho de Campo". In : E.E. Evans Pritchard - Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande, Rio de Janeiro: Zahar, 1978. pp. 298-316.

CASTRO, A. L. Culto ao corpo e sociedade: mídia, estilos de vida e cultura do consumo. 2. ed. São Paulo: FAPESP, 2007.

VELHO, G.O. Desafio da cidade: Novas perspectivas da Antropologia brasileira. Editora Campus Ltda., Rio de Janeiro, 1980.